

Carlos Henrique de Carvalho

IMPrensa E EDUCAÇÃO:

O PENSAMENTO EDUCACIONAL DO
PROFESSOR HONORIO GUIMARÃES
(UBERABINHA-MG, 1905-1920)

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia, MG - 1999

Carlos Henrique de Carvalho

IMPRENSA E EDUCAÇÃO:
O PENSAMENTO EDUCACIONAL DO
PROFESSOR HONORIO GUIMARÃES
(UBERABINHA-MG, 1905-1920)

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do **Professor Dr. José Carlos Souza de Araujo.**

Universidade Federal de Uberlândia
Uberlândia, MG – 1999

BANCA EXAMINADORA

CARLOS HENRIQUE DE CARVALHO

**IMPrensa E Educação: O PENSAMENTO EDUCACIONAL DO
PROFESSOR HONORIO GUIMARÃES (UBERABINHA-MG, 1905-1920)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, pela Banca Examinadora:

Orientador: Dr. José Carlos Souza de Araujo - UFU

Dr. Wenceslau Gonçalves Neto - UFU

Dr^a. Maria Helena Câmara Bastos - UFPF

Uberlândia 24 de novembro de 1999

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre o pensamento educacional que circulou, na forma de artigos editoriais, através do jornal *O Progresso*, em Uberabinha-MG, entre 1905-1922 redigidos, na sua maioria, pelo professor Honório Guimarães. Por intermédio do exame dessa documentação, tivemos condições de compreender e aquilatar a intenção do projeto educacional pensado pelo referido professor, tendo ele o intuito de instalar na cidade uma escola pública que viesse materializar os ideais republicanos, os quais, segundo ele, iriam instrumentalizar a sociedade na sua caminhada rumo à ordem e ao progresso. Com este objetivo procedemos à análise dos artigos e editoriais do professor Honório Guimarães, sendo que os mesmos estão disponibilizados, em anexo, ao final desta dissertação.

O presente estudo compõe-se basicamente de três capítulos: no capítulo I, buscou-se compreender a ambiência histórico-educacional do Brasil republicano, procurando identificar neste contexto as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira, bem como as reformas educacionais que foram levadas adiante pela República, na tentativa de minimizar os índices de analfabetismo maculadores da imagem do país e que, ao mesmo tempo, impediam sua marcha à civilização.

No capítulo II, fizemos uma discussão a respeito de como os jornais foram se constituindo em objeto de análise histórica, isto é, como o historiador se comporta perante esses "novos" documentos. Nesse sentido, realizamos uma revisão bibliográfica sobre o assunto, com o objetivo de salientar a importância da imprensa enquanto fonte de pesquisa, dando destaque aos trabalhos que estão sendo desenvolvidos por estudiosos na linha temática *Imprensa e Educação*.

No capítulo III, realizamos um estudo pormenorizado dos artigos e editoriais publicados pelo professor Honório Guimarães, onde buscamos identificar três aspectos fundamentais: as suas concepções educacionais no período republicano; a influência do positivismo em seu pensamento, e o papel do ensino religioso perante a República. Concepções estas, que foram presença constante nas edições do jornal *O Progresso*.

DEDICATÓRIA

Luciana e José Neto, que foram fonte de inspiração para o mesmo.

"A propósito, cabe observar a dificuldade dos historiadores em reconhecer a educação como um domínio da investigação histórica. Deve-se reconhecer, porém, que os investigadores-educadores, especializados em História da Educação têm feito grande esforço de sanar as lacunas históricas teóricas, adquirindo competência no âmbito historiográfico capaz de estabelecer um diálogo de igual para igual com os historiadores. E, ao menos no caso do Brasil, cabe frisar que esse diálogo tem se dado por iniciativas dos educadores, num movimento que vai dos historiadores da educação para os, digamos assim, "historiadores de ofício" e não no sentido inverso. O reconhecimento do empenho dos historiadores da educação não deve obscurecer, porém, as reais dificuldades teóricas. Dir-se-ia que, até mesmo em razão do mencionado empenho em se colocar em dia com os avanços no campo da historiografia, detecta-se uma tendência em aderir às ondas que aí se manifestam..."

Dermeval Saviani

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, José e Antônia Aparecida, por todo amor e carinho dedicados ao longo da minha formação, me ensinando valores tão importantes, como: respeito, solidariedade, honestidade, humildade, integridade e persistência. São pessoas que merecem toda minha gratidão, pois estiveram presentes nos momentos mais difíceis, sabendo compartilhar as derrotas como também as pequenas conquistas, alcançadas ao longo dessa caminhada.

Não poderia deixar de agradecer à minha esposa e a meu filho, Luciana e José Neto; ela é uma verdadeira porto seguro, onde descarrego as minhas frustrações e divido as novas descobertas e experiências, além de me ajudar de todas as maneiras possíveis, principalmente nos momentos mais críticos da minha vida. Ao José Neto o agradeço por ser fonte de inspiração.

Gostaria de externar meus agradecimentos, ainda, ao meu orientador, professor José Carlos, que sempre se mostrou solícito nos momentos de dúvidas.

Sou grato ao professor Wenceslau, que ao longo da graduação e da Pós-Graduação, contribuiu, de forma decisiva, para minha formação intelectual.

Por fim, agradeço aos meus amigos Marcos, Antoniette, Vicente, Jesus, Geraldo e Décio, pela colaboração e apoio recebidos durante o desenvolvimento da minha pesquisa.

A todos, meu muito obrigado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	02
------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

O Brasil republicano

	12
1.1 A realidade educacional brasileira no período republicano.....	22

CAPÍTULO 2

A imprensa enquanto objeto de análise histórica

2.1 Delimitando o objeto.....	37
2.2 O historiador diante dos "novos" documentos: os jornais.....	40
2.3 Imprensa e Educação: uma aproximação possível.....	46

CAPÍTULO 3

A dimensão política do pensamento educacional

	55
3.1 Republicanismo e Educação: as concepções de Honório Guimarães.....	58
3.2 Positivismo e Educação: suas influências no pensamento de Honório Guimarães.....	68
3.3 O papel do ensino religioso diante das idéias de Honório Guimarães.....	75

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
----------------------------------	-----------

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
---	-----------

ANEXOS.....	98
--------------------	-----------

CAPÍTULO 1

O Brasil republicano

Durante a Primeira República (1889-1930), o Brasil passou por transformações significativas e grande efervescência em vários setores da vida social. Os anos que antecedem a este período foram decisivos e determinantes para estes acontecimentos. Neste capítulo tentar-se-á apresentar um panorama desta realidade, com base em análise de natureza bibliográfica.¹

A segunda metade do século XIX - principalmente os últimos vinte anos - foi marcada por verdadeira ebulição social e política que provocou e culminou com alterações no cotidiano da sociedade brasileira. Segundo Azevedo:

“em nenhuma época do século XIX, depois da Independência, se prepararam e se produziram acontecimentos tão importantes para a vida nacional como no último quartel desse século”².

O movimento abolicionista que já se propagara no país, ganhava importância e os resultados foram se consolidando com a entrada em vigor de leis como a do Ventre Livre (1871), dos Sexagenários (1885) e finalmente a Lei Áurea (1888), extinguindo a escravidão negra, e acarretando conseqüências políticas, econômicas, sociais e culturais.

1 Entre os que já analisaram estas mudanças, destacam-se: Carone, E. **A Primeira República (1889-1930)**, 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1976 e Basbaum, L. **História Sincera da República**, São Paulo: Edições L. B., 1962, entre outros.

2 Fernando de AZEVEDO. **A Transmissão da Cultura**. São Paulo: Melhoramentos, Instituto Nacional do Livro, 1976, p.115.

Com a abolição da escravatura, generalizou-se o descontentamento de parcela da elite econômica (grandes fazendeiros e senhores de escravos), que tinham interesse na manutenção da mão-de-obra cativa, o que levou esta elite a retirar o seu apoio ao poder político imperial, gerando, para alguns, uma das causas determinantes da mudança do regime político, com a queda do Império e instalação da República.³ Além destes fatores econômicos e políticos, há que se destacar ainda os conflitos entre o regime imperial, os militares e a Igreja católica, os quais também contribuíram para a queda do império em 1889⁴.

Com relação aos aspectos políticos, Ribeiro salienta que

“a mudança na ordem política ficava dependendo de uma cisão na camada dominante que fizesse com que uma das facções passasse a se interessar por tal modificação⁵.”

Desse modo, a Lei Áurea, que extinguiu a escravidão, foi a gota d'água que determinou esta cisão e, a partir daí,

3 De acordo com Sodré N. W. em **Formação histórica do Brasil**, 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, a idéia republicana esteve presente em todos os movimentos anteriores que lutaram por autonomia, tais como a Inconfidência Mineira, a Inconfidência Baiana, a Revolução de 1817, a Confederação do Equador, a Revolução Farroupilha etc...

4 Para uma análise mais aprofundada em relação à passagem "Da Monarquia à República", ver os estudos realizados pela historiadora Emília Viotti DA COSTA. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977, 326p.

5 Maria Luísa Santos Ribeiro. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 1982, p.69.

As forças se compõem de tal maneira que, sob a liderança de elementos da camada média (especialmente militar), com o apoio significativo da camada dominante do café e com a aparente omissão da maioria da população é proclamada a República em 1889.”⁶

Com o término da escravidão e sua substituição pelo trabalho assalariado, oportunizou o surgimento da classe operária e o êxodo rural, com redução do trabalho no campo e aumento da população urbana, em consequência. A atividade agrícola sofreu uma diminuição sensível na sua lucratividade e aumentou o interesse pelo investimento econômico na atividade fabril levando ao “desenvolvimento induzido”. Sobre esta problemática Florestan Feranandes indica que:

“o desenvolvimento induzido de fora acelerava a revolução econômica no setor novo, porém em termos de requisitos limitados, pois o que entrava em jogo não era o desenvolvimento capitalista em si mesmo, mas a adaptação de certas transformações da economia brasileira aos dinamismos em expansão das economias centrais. Ou seja, o desenvolvimento induzido somente selecionava e transferia dinamismos que aceleravam transformações capitalistas mais ou menos necessárias, ao processo de incorporação em curso; eles eram insuficientes ou neutros para transformações capitalistas mais complexas e, de qualquer modo, não poderiam gerar, por si mesmos, um desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado, análogo ao das economias centrais e hegemônicas. Portanto, o

6 RIBEIRO, Ibidem, p.70.

desenvolvimento induzido estava calibrado por suas funções. Ele provocava uma revolução econômica autêntica.”⁷

Por outro lado, o trabalho nas fábricas influencia diretamente nas relações sociais familiares. Nos principais núcleos urbanos a família deixa de ser unidade de produção e consumo, e passa a ser predominantemente consumidora dos produtos industrializados, mais acessíveis e baratos. Além disso, a permanência no trabalho por muitas horas concorreu para um distanciamento entre os membros da família. Observa-se que à época uma parcela de mulheres e até os menores de idade já eram absorvidos como mão de obra barata, com uma jornada de trabalho muito extensa e cansativa, o que diminuía sensivelmente o tempo de convivência entre os membros da família.

Soma-se a estes fatores a imigração estrangeira, fomentada com recursos públicos e privados, que permite a chegada de europeus e até de alguns asiáticos. Vão influenciar na mudança dos costumes e dos padrões sociais de comportamento da sociedade brasileira.

O crescente distanciamento entre Igreja e Estado produziu o arrefecimento do poder político religioso, e a tendente secularização dos vários setores de poder, principalmente pela disseminação de idéias positivistas, que tiveram bastante força no país neste período. Exemplo inquestionável dessa influência é o dístico perpetuado na bandeira

7 Florestan FERNANDES. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, p.236.

republicana: “**Ordem e Progresso**”, que se baseava na ideologia positivista da **Física Social** de Augusto Comte.⁸ A estática social representada pela idéia de estrutura social organizada, ordenada, e a dinâmica social através das mudanças que levariam a uma evolução ou progresso da sociedade, em direção a um contínuo e constante aperfeiçoamento.

No campo intelectual, recrudescia a circulação de novas idéias, principalmente veiculadas pelos estudantes que voltavam dos seus estudos no exterior ou que retornavam dos centros mais adiantados do país para suas comunidades de origem. A vida literária e artística no final do século XIX se caracterizou, na opinião de Sodré, como

“Gosto da arte pela arte, da arte cultivada por si mesma, como afetada forma de distinção, despojada de função social, ou dispersão na boêmia.”⁹

A dualidade existente de uma classe elitizada, com muitos privilégios, e outra submetida a condições de vida precária e miserável¹⁰, ameaçaria o equilíbrio já fragilizado da ordem republicana e as reações passariam a se manifestar de forma desvelada, como aponta Sodré:

8 Esta influência das idéias positivistas no Brasil, no início da República, pode ser estudada em LINS, I. **O Positivismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967 e também em CARVALHO, J. M. **A formação de Almas**. Este último dedica um capítulo ao assunto, sob o último “**Os positivistas e a manipulação do imaginário**” (pp. 129-140).

9 Nelson Werneck SODRÉ. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p.52.

10 Exemplo de contestação a esse estado de miserabilidade foi o movimento de Canudos: revolta popular ocorrida entre 1896-1897, de caráter messiânica e revolucionária, liderada por Antônio Conselheiro, que se

“Sob o manto do fanatismo religioso, Canudos não foi mais do que a manifestação violenta e até heróica de uma população relegada ao mais baixo nível mantida por longo tempo.”¹¹

Já no século XX, na área da política, a contestação ao que estava estabelecido foi comandada pelo elemento militar, através dos episódios que marcaram o Tenentismo. No campo cultural, a oposição ao que era dominante foi liderada por uma parcela de intelectuais, insatisfeitos com as arbitrariedades e privilégios do regime Republicano, principalmente por artistas, capitaneados por escritores, nos acontecimentos que definiram o Modernismo. Para Sodré, em "A Síntese de História da Cultura Brasileira", estas foram manifestações características do avanço burguês no Brasil. E, como às vezes ainda acontece, aquelas manifestações de avanço neste campo apresentaram elementos de conciliação e estímulos às causas populares.

Desse modo, as classes trabalhadoras, principalmente o operariado, passaram a ganhar certa importância. O autor, antes citado, chama a atenção para estes elementos que se conjugaram no cenário brasileiro:

“Por coincidência, o ano de 1922 assinala a eclosão do Tenentismo com a revolta do Forte de Copacabana; do Modernismo, com a

dizia enviado de Deus para diminuir o sofrimento dos sertanejos e limpar os pecados da República. Sendo ela descrita em detalhes por Euclides da Cunha em **Os Sertões**.

11 SODRÉ: Op. cit, p. 307.

Semana de Arte Moderna, em São Paulo; e da organização do proletariado, com a fundação do Partido Comunista.”¹²

Ao analisar a adaptação à nova ordem republicana, com base na realidade do Rio de Janeiro, Sevcenko aponta os fatores que determinaram as suas conseqüências. Em a “Inserção Compulsória do Brasil na era da Belle Époque”¹³, mostra o processo de desestabilização e reajustamento social de então, analisando como se deu a transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca.

José Murilo de Carvalho, por sua vez, ao estudar a questão da cidadania, faz uma análise magistral sobre este período na cidade do Rio de Janeiro - capital cultural e pólo irradiador para o resto do país. No que se refere às idéias e mentalidades, afirma:

“A República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. Mas, por um momento, houve um abrir de janelas, por onde circularam mais livremente idéias que antes se continham no recatado mundo imperial. Criou-se um ambiente que Evaristo de Moraes chamou com felicidade de porre ideológico, e que poderíamos chamar, sob a inspiração de Sérgio Porto de maxixe do republicano doido.”¹⁴

12 Nelson Werneck SODRÉ. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.56.

13 Nicolau SEVCENKO. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.25.

14 José Murilo de CARVALHO. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.24.

O mesmo autor de "A formação das almas"¹⁵, ao analisar o imaginário da República no Brasil, interpretando símbolos, imagens, alegorias e mitos da época, reconhece a presença de três correntes de pensamento: a primeira seria o liberalismo à americana, através da idéia de sociedade composta de indivíduos autônomos, cujos interesses seriam compatibilizados pela mão invisível do mercado; a segunda, o jacobinismo à francesa, com a idealização de uma democracia clássica, com utopia de democracia direta e um governo intermediado pela participação de todos os cidadãos; e a terceira seria o positivismo, com concepção de república na perspectiva mais ampla de uma futura idade de ouro em que os seres humanos se realizariam plenamente numa sociedade mitificada.

Entretanto, coexistindo com estas ideologias importadas, a sociedade continuava fortemente influenciada pelas oligarquias e pelo coronelismo, como indica Carone:

“O fenômeno do coronelismo e das oligarquias parece-me ser a base estrutural da organização social, política e econômica da Primeira República: com esta forma social é que predominam as classes agrárias (que vêm do Império) e, depois a burguesia que se origina, em parte daquela mesma classe.”¹⁶

15 CARVALHO: Op cit, p.56.

16 Edgard CARONE. **A Primeira República (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1976, p.96.

O referido autor acrescenta ainda que esta estrutura subsiste através de toda a Primeira República. Estas características, antes mencionadas, estão presentes ao longo do período, com maior ou menor intensidade em determinados momentos, mas na década de vinte, o Brasil vivencia um

“período de crise resultante do início do processo de desintegração do regime oligárquico, de caráter exclusivista e excludente.”¹⁷

A crise é o reflexo da transição de uma sociedade de natureza agrário-exportadora para uma economia industrial urbana, direcionada para um mercado consumidor interno. A influência da primeira grande guerra é fator determinante deste redirecionamento. O principal produto de exportação era o café que, com a crise mundial de 1929, sofre uma drástica queda no preço internacional, levando à ruína os seus produtores e ocasionando um grande descontrole na situação do país. Toda essa situação de instabilidade e transformações culminou com a revolta de 1930, que redirecionou politicamente o país, através da tomada de poder por Getúlio Vargas.

Obviamente, o setor educacional como parte integrante desta realidade mais ampla apresenta características em que se percebem as influências recebidas. É o que se verá a seguir.

17 Anamaria Casassanta PEIXOTO. **Educação no Brasil: anos 20**. São Paulo: Loyola, 1983, p.23.

1.1 A realidade educacional brasileira no período republicano

Nesta conjuntura geral, o setor educacional como parte constitutiva desta totalidade, influenciando e recebendo influência do todo, também se apresentou como um momento de ebulição e inquietação. O período em estudo foi fértil: estudantes e intelectuais, formal e informalmente, discutiam a educação. Aconteceram debates sobre o assunto e campanhas públicas foram organizadas. A respeito desse período, observa Nagle:

“Do ponto de vista da história da educação nem a República se implanta a partir de 1889, nem a Primeira República termina em 1930. Simples marcos cronológicos, essas duas datas de forma alguma significam mudanças profundas no sistema educacional.”¹⁸

Uma das bandeiras de luta dos republicanos era a democratização da educação, com incremento da oferta de oportunidades educacionais. Instalado o novo regime, crescia a expectativa da população e os novos mandatários precisavam acenar com medidas neste sentido. Entretanto, a República, idealizada e teoricamente construída, ao se tornar real teve que se

adaptar às condições em que se tornara concreta e sofreu muitas modificações.

Diante disso, os chamados grandes problemas nacionais são rediscutidos, sobressaindo entre eles a educação. Com a crescente urbanização e modernização, crescia a necessidade de pessoas alfabetizadas, porque as técnicas elementares e necessários de leitura, escrita e cálculo tornavam-se fatores importantes e necessárias para a adaptação ao desempenho de determinadas atividades fundamentais na modernidade. Daí a intensificação de campanhas difundindo o ensino. A resposta a estas solicitações por educação concretizou-se através de reformas educacionais, que iam sendo propostas de modo pouco lógico e eficaz.

Uma sociedade vinda de governo monárquico, que perdurou por quase um século, tinha dificuldades em funcionar organizadamente na nova realidade de alternância de grupos no poder. Desta forma, a cada novo governo estabeleciam-se mudanças na orientação legal da educação, e novas reformas iam se sucedendo, porque não havia uma linha de continuidade evolutiva de aperfeiçoamento do sistema educacional, mas uma superposição de medidas, muitas vezes contraditórias, com avanços e retrocessos.

Nagle distingue três fases ao longo do período. A primeira, que se estenderia desde o início da República até os quinze primeiros anos deste

século, seria marcada por um comportamento desalentador dos homens públicos em relação à educação e pela influência da herança do Império.

A segunda fase, a partir de 1915, seria marcada pelo chamado entusiasmo pela educação, e a apresentava como uma verdadeira panacéia. O pensamento básico poderia ser explicado assim: todos os males estavam na ignorância reinante; a educação apresentava-se então como o problema principal do país e a solução de todos os problemas sociais, políticos e econômicos então estaria na disseminação da instrução. Acontece uma campanha nacionalista visando a erradicação do analfabetismo e a difusão do modelo existente de escola primária, apenas com alteração de um ou outro aspecto do processo. Na prática, esta mobilização em torno do ensino elementar tem também motivações de cunho político da luta pelo poder com o aumento do número de eleitores que, então, deviam ser necessariamente alfabetizados, pois

“o sistema oligárquico se fundamenta na ignorância popular, de maneira que só a instrução pode superar este estado e, por consequência, destruir aquele tipo de formação social.”¹⁹

O otimismo pedagógico caracteriza a terceira fase. A pretensão era a substituição de um modelo de escola por outro, fundamentada na crença em novos modelos educacionais. Este modo de pensar se acentua principalmente

a partir de 1927, com a introdução sistemática de reformas em alguns Estados. Assim, acirra-se a disputa entre as chamadas escolas tradicionais e escola nova, que perdura além do período que ora estamos abordando.

Jorge Nagle se refere ao movimento escolanovista nestes termos:

“considerado em seu aspecto geral e apresentando-se como uma verdadeira ‘revolução copernicana’ no campo da educação, o escolanovismo pretende deslocar o educando para o centro das reflexões escolares. Daí resultar em profunda alteração dos padrões em que se sustentava a chamada ‘escola tradicional’: são novos valores e princípios a fundamentar a organização escolar, novos modelos.”²⁰

As orientações contidas nos dispositivos legais dão bem uma idéia da variação das reformas acontecidas.

A primeira Constituição Republicana, de 24 de fevereiro de 1891, seguindo a tradição imperial que havia desde o Ato Adicional de 1834, continuou atribuindo aos Estados a responsabilidade da organização do ensino em geral, e, ao Governo Central, destinava, não privativamente, a atribuição de criar escolas de ensino secundário e superior nos Estados e de prover o ensino do município neutro que era o Distrito Federal. Obviamente, isto acentuou as disparidades educacionais, que ficariam a depender da

¹⁹ NAGLE: Op cit, p.109.

²⁰ NAGLE: Op cit, p.256.

situação econômica das várias unidades da federação, contribuindo para o agravamento das desigualdades entre Estados e regiões.

A Reforma Benjamim Constant, decretada em 1890 e posta em prática no ano seguinte, influenciada por idéias positivistas, apresentou como princípios básicos a liberdade e laicidade do ensino e gratuidade da escola primária. Criou ainda o “exame de madureza” com o objetivo de verificação do conhecimento intelectual do aluno ao final do curso secundário. Os estudos científicos foram estimulados de forma predominante em relação aos estudos literários. Assim, houve o incremento das ciências naturais na escola primária e na escola secundária. O mesmo se deu em disciplinas como Aritmética, Geometria, Biologia, Física e Química.²¹ A intenção era o rompimento com o passado.

Dois anos depois, em 1901, nova reforma acontece - o código Eptácio Pessoa - estabelecendo a escola secundária como simples curso preparatório para o ensino superior, e acentuando disciplinas como a Biologia, por exemplo. Para Ribeiro, isto

“revela uma oscilação entre a influência humanista clássica e a realista ou científica.”²²

A Reforma Rivadávia Correia, Chamada Lei Orgânica do Ensino, de 5 de abril de 1911, recoloca a direção positivista, estabelecendo orientação

21 Consideramos que esta implantação das ciências não seguia corretamente a orientação positivista, pois antecipava a faixa etária orientada por Comte como recomendável para este tipo de estudo.

prática de estudo das disciplinas. Defende a liberdade de ensino através da sua desoficialização e a liberdade de frequência, com supressão da seriação e do diploma, que seria substituído por um certificado de assistência e aproveitamento. Foi considerada desastrosa. A reação transparece na reforma seguinte. A Lei Carlos Maximiliano (18 de março de 1915) retorna à situação anterior à Rivadavia Correia e reoficializa o ensino secundário.

Finalmente, em 1925, a Reforma Rocha Vaz estabelece a seriação obrigatória. Como se observa, várias reformas de ensino foram produzidas e implantadas, mas com uma direção evolutiva e às vezes com movimentações de avanços e recuos. A respeito destas reformas, excetuando apenas a de Benjamim Constant, é pertinente a observação feita por Azevedo:

“nenhuma delas introduziu alteração substancial... Todas elas mostraram grande hesitação, além de absoluta ausência de espírito de continuidade.” ²³

Paralelas a estas reformas federais, ocorreram outras no nível dos Estados, entre as quais destacam-se: a de Antônio de Sampaio Dória, em São Paulo; a de Anísio Teixeira na Bahia; a de Francisco Campos em Minas Gerais; a de Pernambuco, com Carneiro Leão; e a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, todas no decurso dos anos 20. Estas iniciativas

²² RIBEIRO: Op cit, p.77.

²³ AZEVEDO: Op cit, p.136.

demonstraram a disposição de mudar a escola para modernizá-la e atender às solicitações da sociedade. Vale a pena observar que a concentração maior se deu na década de vinte, mas outras ocorreram em momentos vários e também em outros Estados.

Nesse período da vida brasileira percebe-se uma grande movimentação nacional em torno do tema educação, ocorrendo até a realização de campanhas públicas sobre o assunto em jornais e revistas. O debate em torno da educação ganha terreno e importância e se fortalece com a criação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação ABE, por educadores interessados em defender o seu campo de trabalho. A primeira instituição com este objetivo a nível nacional, aglutinou profissionais de várias regiões e Estados, principalmente através da promoção das Conferências Nacionais de Educação a partir de 1927. Estas conferências eram reuniões que contavam com a participação de expressivos nomes do cenário educacional, citando-se entre eles Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Heitor Lira, e tinham a finalidade de defender os interesses da educação e dos princípios da educação propostos pela Escola Nova.

É na década de vinte que surgem os “primeiros profissionais da educação”, tendo em vista que, até então, o exercício do magistério apresentava-se como uma função paralela e complementar à atividade

profissional principal dos professores. Segundo Ribeiro, a educação passava a ser tratada “agora por educadores de profissão”²⁴.

No que tange à remuneração salarial da atividade de ensino, já era baixa neste período, e talvez esteja aí uma das justificativas para o fato da atividade ser exercida de forma complementar, bem como a busca por mecanismos de profissionalização e valorização do magistério.

Ao referir-se à situação salarial do professor e à desatenção do poder público pela educação, Carneiro Leão denunciava, em 1922, que os professores ganhavam tão mal que

“estes mestres, ou acumulam a sua situação de educadores com outras ocupações, em detrimento inevitável do ensino, ou desertarão de vez, deixando o campo livre aos incapazes e medíocres. Por toda parte, desde que o governo deseje poupar, cortar despesas, é o fechamento das escolas o desconto ou o retardamento dos vencimentos dos professores, a primeira medida de salvação pública.”²⁵

Em seguida o autor destaca que em certos Estados - sem informar quais - os professores estavam de doze a dezoito meses sem receber salário.

A educação religiosa é questionada pelo positivismo, e o laicismo é defendido e ganha impulso. A iniciativa privada também apresenta um grande avanço com a penetração das idéias americanas e alemãs e se

24 RIBEIRO: Op cit, p.93.

25 Carneiro LEÃO. “A situação do professor Brasileiro” In: **A Educação**. Rio de Janeiro: set, 1992, p.101.

concretiza através da instalação de colégios em várias cidades, na sua maioria com orientação protestante. Como exemplos podem ser citados o Colégio Metodista, em Ribeirão Preto (1899), e o Colégio Bennet, no Rio de Janeiro (1920). Os outros já haviam se instalado um pouco antes da República: o Colégio Piracicabano em 1881, o Colégio Americano de Petrópolis em 1888 e o Colégio Granbery de Juiz de Fora em 1890²⁶.

O ensino superior continuava a ser buscado pela elite, visando a manutenção do prestígio e do poder político e econômico. Esta aspiração por um título de “doutor” que trouxesse status para os filhos das famílias abastadas foi exposta por Basbaum, que denomina esta tendência de bacharelismo:

“pois ser doutor era, senão um meio de enriquecer, certamente uma forma de ascender socialmente. Ao doutor abriam-se todas as portas, e, principalmente, os melhores cargos no funcionalismo.”²⁷

Nessa época, ocorreram várias tentativas de instalação de universidades no país, a partir das faculdades já existentes, mas todas sem garantia de continuidade. A primeira a ser definitivamente instalada foi a Universidade de São Paulo (USP) em 1934.²⁸

26 Peri MESQUIDA. **Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil**. Juiz de Fora: EDUFJF/São Bernardo do Campo Editeo, 1994.

27 Leôncio BASBAUM. **História Sincera da República**. São Paulo: Edição L. B, 1962, p.288.

28 Sobre o histórico do ensino superior confira Cunha, I. **Universidade Temporã** e Fávero, M. L. A. **A Universidade em Busca de sua Identidade**.

Diante da evidência dos contrastes da sociedade brasileira, a expressão de Basbaum é esclarecedora: “*éramos um país de doutores e analfabetos.*” O problema do analfabetismo apresentava-se grave e de difícil solução. É sintomática a consideração de Paiva:

“Em 1915, o nosso sistema de ensino popular mostrava-se, como sempre, profundamente insatisfatório. Nem mesmo os Estados mais a favor da difusão do ensino, tinham condições de debelar o analfabetismo.”²⁹

De modo geral, a realidade pode ser vista através dos dados quantitativos, com base no Anuário Estatístico do Brasil de 1936, sendo ele demonstrativo da gravidade do analfabetismo no país.

(QUADRO 1)

BRASIL: ÍNDICE DE ANALFABETISMO - 1880-1920

Especificação/Ano	1890	1900	1920
Total da População	14.333.915	17.388.434	30.635.605
Sabem ler e escrever	2.120.559	4.448.681	7.493.357
Não sabem ler/escrever.	12.213.356	12.939.753	23.142.248
% de Analfabetos	85%	75%	75%

Fonte: Maria. Luísa dos Santos RIBEIRO. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez, 1982, p.78.

Como se observa, o alto percentual de analfabetos na população, por isso só, já demonstra a situação de precariedade da escolarização brasileira no período.

Em relação ao ensino primário, segundo Basbaum,

29 Vanilda Pereira PAIVA. *Educação Popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1983, p.90.

“em 1889, os alunos matriculados correspondiam a cerca de 12% da população em idade escolar, em 1930 já havia subido a cerca de 30%.”³⁰

O que demonstra aumento considerável na quantidade da população atendida. Entretanto, apesar deste avanço, a situação continuava difícil.

As escolas durante algum tempo recebiam denominação e eram classificadas de acordo com o número de salas de aula que continham. A classificação básica era a seguinte: as Escolas Isoladas tinham apenas uma sala de aula, onde funcionava a 1ª e 2ª séries; as Escolas Agrupadas possuíam mais de uma sala de aula e atendiam alunos de 1ª e 3ª. séries. No início da República firma-se o ensino graduado com o aparecimento de Grupos Escolares com turmas até a quarta e quinta séries e das Escolas Modelo. Mas, para Ribeiro:

“ainda em 1907, o tipo comum de escola primária é a de um só professor e uma só classe agrupando alunos de vários níveis de adiantamento.”³¹

30 BASBAUM: Op cit, p.283.

31 RIBEIRO: Op cit, p.81.

De acordo com Paiva, no Brasil em 1915, haviam 910.452 alunos matriculados no ensino elementar, e em 1929 este número crescera para 1.641.891³².

Com relação à situação educacional de alguns Estados da federação, no início da República é possível, em traços gerais, apresentar o seguinte panorama, como nos revela o quadro abaixo:

(QUADRO 2)

ÍNDICE DE ALFABETIZADOS DO CENSO DE 1920

ESTADOS	POPULAÇÃO	ANALFABETOS	%
Alagoas	978.748	834.213	85,2
Amazonas	363.166	266.552	73,2
Bahia	3.334.465	2.720.990	83,7
Ceará	537.135	1.073.262	81,3
Distrito Federal	1.157.873	447.621	38,6
Espirito Santo	457.328	349.400	76,4
Goiaz	511.919	433.339	84,6
Maranhão	874.337	735.906	84,1
Mato Grosso	246.612	174.819	70,8
Minas Gerais	5.888.174	4.671.533	79,3
Pará	983.507	695.806	71,9
Paraíba	961.106	834.155	86,7
Paraná	685.711	492.512	71,9
Pernambuco	2.154.835	1.770.302	82,1
Piauí	609.003	536.061	86
Rio de Janeiro	1.559.371	1.173.975	75,2
Rio Grande do Norte	537.135	440.720	82
Rio Grande do Sul	2.182.713	1.334.771	61,1
Santa Catarina	668.743	471.342	70,4
São Paulo	4.592.188	3.222.609	70,1
Sergipe	477.064	397.429	83,2

32 Vanilda Pereira PAIVA. **Educação Popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1983.

Território do Acre	92.379	64.881	70,2
BRASIL	30.635.605	23.142.248	75,5

Fonte: IBGE (Recenseamento de 1920)

Observa-se, pois, que esse período foi um dos mais importantes para a história da educação no Brasil. É então que se delinearam e firmaram idéias pedagógicas que acabaram por orientar a evolução educacional e a busca de soluções para os problemas da educação, em que pode se destacar: movimento contra o analfabetismo; busca da extensão quantitativa e da melhoria qualitativa da escolaridade; movimento pela profissionalização dos educadores e mobilização da sociedade pela difusão do ensino elementar. Entretanto, apesar de ter sido um período fértil, o país apresentava uma situação de escolarização bastante deficitária, como podemos comprovar pela relação população letrada/número de analfabetos, conforme quadro apresentado acima (ver QUADRO 2).

Em suma, podemos afirmar que a educação no Brasil obedeceu as normas da instabilidade, próprias de uma sociedade heterogênea, marcada pelo legado cultural academicista e aristocrático. A esse respeito Florestan Fernandes nos salienta o seguinte:

“É certo que a República falhou em suas tarefas educacionais. Mas falhou por incapacidade criadora: por não ter produzido os modelos de educação sistemática exigidos pela sociedade de classes e pela civilização correspondente, fundada na economia capitalista, na

tecnologia científica e no regime democrático. Em outras palavras, suas falhas provêm das limitações profundas, pois se omitiu diante da necessidade de converter-se em Estado Educador, em vez de manter-se como Estado fundador de escolas e administrador ou supervisor do sistema nacional de educação. Sempre tentou, não obstante, enfrentar e resolver os problemas educacionais tidos como ‘graves’ fazendo-o naturalmente segundo forma de intervenção ditada pela escassez crônica de recursos materiais e humanos. Isso explica porque acabou dando preeminência a soluções educacionais vindas do passado, tão inconsistentes diante do novo estilo de vida e das opções republicanas, e por que simplificou demais a sua contribuição construtiva, orientando-se no sentido de multiplicar escolas invariavelmente obsoletas, em sua estrutura e organização marcadamente rígidas, em sua capacidade de atender às solicitações educacionais das comunidades humanas brasileiras.”³³

Neste sentido, podemos observar que a educação no Brasil, no período Republicano, obedeceu às normas da instabilidade próprias de uma sociedade heterogênea, marcada por profundas contradições em todos os seus aspectos, principalmente no campo educacional.

33 Florestan FERNANDES. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966, p.4.

CAPÍTULO 2

A imprensa enquanto objeto de análise histórica

2.1 Delimitando o Problema

Os estudos sobre a imprensa brasileira assumiram, durante mais de meio século, um caráter preponderantemente histórico-jurídico. Desde os primeiros artigos publicados nas revistas das entidades nacionais de cultura ou de suas congêneres estaduais, até os mais recentes livros e monografias editados por organizações comerciais ou por instituições universitárias e profissionais, constatamos uma tendência marcante pelo enfoque histórico ou pela escolha da perspectiva jurídico-legal. O que, aliás, não constitui variação significativa em relação aos estudos desses gêneros, duas primeiras formas sob as quais se corporificou a pesquisa sistemática do discurso jornalístico.

Esse panorama vem experimentando algumas transformações nos últimos vinte anos, com o aparecimento de estudos setoriais sobre a imprensa contemporânea, quase sempre divulgados nas revistas especializadas ou em trabalhos de pós-graduação, de um modo geral com circulação restrita.³⁴ Nesses novos trabalhos encontramos certas orientações teóricas fundamentais às ciências sociais. Não se trata, contudo, de um volume expressivo de produções capaz de alterar a tendência acima mencionada. Isso, evidentemente, sem considerar aquele conjunto de investigações científico-

34 Ver José Marques de MELO, "Bibliografia Brasileira da Pesquisa em Comunicação", Petrópolis: Vozes, 1994. **Comunicação Social. Teoria e Pesquisa**. Petrópolis, Editora Vozes, 3ª ed., 1973 (pp.227-300) "Bibliografia Brasileira de Comunicação Comparada", *Estudos de Jornalismo Comparado*. São Paulo: Liv. Pioneira Editora, 1972, pp.57-63.

sociais que buscaram apoio documental na imprensa, e que se apresentam em proporção bem mais numerosa que os estudos sobre a própria comunicação impressa em nosso país.³⁵

Revisando cuidadosamente a bibliografia sobre a imprensa brasileira vamos localizar somente umas poucas exceções em relação àquela característica histórico-jurídica dos estudos globais. Cronologicamente, situamos em primeiro plano o livro de Barbosa de Lima Sobrinho, - “*O problema da imprensa*”³⁶ - editado em 1923, onde o autor, não obstante a preocupação de analisar aspectos diretamente ligados à evolução histórica e aos instrumentos jurídicos para o controle da nossa imprensa, extrapola essa perspectiva contextual e introduz um tipo de interpretação com raízes sociológicas nitidamente perceptíveis. Em seguida, destacamos as obras de Luiz Beltrão - “*Iniciação à Filosofia do Jornalismo*”³⁷, e Danton Jobim, “*Espírito do Jornalismo*”³⁸, ambas publicadas em 1960, que significa uma retomada do enfoque delineado por Barbosa Sobrinho, naturalmente revelando, cada um deles, tratamento original dos vários assuntos pesquisados, bem como abordagem analítica própria.

Danton Jobim, por exemplo, dedica-se a estudos monográficos, uns de natureza sócio-cultural, outros de natureza sócio-política, sugerindo questões

35 Ver: José, Marques de MELO. “A imprensa como fonte para as ciências humanas”, **Estudos de Jornalismo Comparado**, São Paulo: pp.31-46.

36 Barbosa de Lima SOBRINHO. **O problema da imprensa**. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor (Annuário do Brasil), 1923.

37 Luiz BELTRÃO. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. Rio de Janeiro: 1960, Agir Editora.

de grande interesse para a compreensão dos rumos da moderna imprensa brasileira.³⁹ Por sua vez, Luiz Beltrão demonstra preferência por dois tipos de problemas: a) sistematização de uma teoria social do Jornalismo, procurando fixar conceitos e delimitar características; b) investigação empírica sobre o fenômeno da comunicação de atualidades na sociedade brasileira, em sua dimensão pré-tipográfica.⁴⁰ Tais contribuições representaram, sem dúvida alguma, o ponto de partida para a realização de novos estudos sobre as ciências humanas, tais como a Sociologia, a Antropologia, a História, a Economia e a Política, entre outras.

2.2 O Historiador diante dos “novos” documentos: os jornais.

No século XX, a historiografia francesa rompe com a tradição positivista do século XIX, considerando que a realidade criada pelas

38 Danton JOBIM. **Espírito do Jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1960.

39 Os principais estudos reunidos por Danton Jobim no volume **Espírito do Jornalismo** foram elaborados inicialmente como texto de conferências pronunciadas a convite da Universidade do Texas (USA) e da Universidade de Paris (França), respectivamente em 1953 e 1957. No mesmo volume, merece destaque o capítulo “*O Fenômeno Jornalístico na Cultura Brasileira*”, texto de conferência proferida pela autor, em 1958, na Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

40 Os dois tipos de questões tratadas por Beltrão em **Iniciação à Filosofia do Jornalismo** merecem, posteriormente, um desenvolvimento mais amplo nos livros **A Imprensa Informativa** (São Paulo: Folco Masucci Editor, 1969, 419p.) e **Comunicação, Opinião e Folclore** (Petrópolis: Editora Vozes, 1971, p.114).

experiências da atividade humana não podem ser somente analisadas a partir de seus aspectos globalizantes mas, também, dentro das suas particularidades e singularidades sociais, objetivando conhecer, não só o projeto vitorioso, bem como outros projetos que não conseguiram se sobressair no espaço social. Inicia-se um processo de renovação das análises históricas, com a escola dos ANNALES. Criada em 1929, pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch, ela possibilitou a abertura de novas fronteiras interpretativas, pois ampliou o campo das fontes documentais, não aceitando apenas, como documento, os escritos oficiais, como propugnava a tradição positivista⁴¹.

Nesse sentido, o objeto de análise se amplia, não se restringindo às formas organizadas (sindicatos, partidos, associações), mas também às outras formas de manifestações de resistência e de estratégia de subordinação e controle. Se constitui em objeto de análise o estudo do cotidiano, por

Reflexões sobre temas de Comunicação. São Paulo: USP, ECA, 1972, p.128. **Estudos de Jornalismo Comparado.** São Paulo: Liv. Pioneira Editora, 1972, 260 p.

41 Fazendo um breve histórico do positivismo - e principalmente o seu postulado da “neutralidade axiológica do saber” - percebe-se que esteve, em suas origens, vinculado à utopia crítico-revolucionária da burguesia anti-absolutista e anti-feudal. A idéia de uma “*ciência natural da sociedade*”, defendida por autores como Condorcet e Saint-Simon, sem dúvida servia aos propósitos de combater o obscurantismo clerical, as doutrinas teológicas sobre o poder político, os dogmas de toda ordem etc. Porém, com a ascensão política da burguesia, esta “naturalização” da sociedade e das ciências que a estudam, paradoxalmente, deixa de orientar-se para a transformação social e adquire cunhos de ideologia conservadora. Esta passagem, no âmbito da sociologia, se deu com Augusto Comte e, principalmente com Émile Durkheim, cujas concepções de “leis sociais naturais” tendentes à integração e harmonização da sociedade, no limite obscurecem, ocultam ou justificam as desigualdades de poder econômico e político. Ver as obras: Augusto, COMTE. **Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1973; Émile, DURKHEIM. **A Evolução Pedagógica.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995; **Educação e Sociedade.** São Paulo: Melhoramentos, 1978; **Os Pensadores.** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

propiciar o conhecimento de outros itinerários interpretativos: "novos problemas, novos objetos e novas abordagens"⁴².

Contudo, essas abordagens não são neutras e nem isentas de idéias políticas, sendo elas elementos constitutivos da realidade social. É importante observar quem produz estas abordagens, para quem produz, como as produz e quem as domina, levando-nos a ter uma melhor compreensão dos processos de luta que se desenvolvem entre dominadores e dominados, controle e resistência, que caracterizam as relações no interior da sociedade capitalista. Sobre a importância das “novas abordagens, Vieira diz que:

“A música, a pintura, a charge, a tv, a foto, o cinema estão carregados de propostas, questionamentos, tensões, acomodações, os agentes, através das linguagens que lhe são próprias, criticam, endossam, propõe, enfim se rebelam ou se submetem.”⁴³

Isso não quer dizer que há um abandono das fontes teóricas usadas na investigação, mas uma valorização dos vestígios do passado, que não se restringem apenas aos documentos oficiais, mas também, dos que estão contidos em documentos não oficiais, como por exemplo: jornais, revistas, fontes iconográficas e orais, dentre outros. Esses documentos contêm manifestações que proporcionam pensar a História dentro de condições

42 LE GOFF, Jaques. “A História Nova: Prefácio à Nova Edição”. In: Jacques LE GOFF (org.), **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p.28-29.

43 Maria do Pilar de Araújo VIEIRA et alii. **A pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1995, p.21.

particulares específicas, onde os sujeitos vivem situações reais, com necessidades e interesses. Privilegiar, pois, os aspectos singulares, não implica em perder de vista o processo histórico que favorece o enquadramento contextual, ou seja, não significa retomar discussões e acontecimentos de diferentes épocas, isoladamente, sem conseguir contextualizá-los em uma realidade mais ampla. Trata-se de buscar interpretações que vão além das análises macro-estruturais, valorizando as experiências da atividade humana nos seus aspectos particulares.

Pensar, então, o processo histórico no Brasil significa compreender as relações existentes entre o macro e o micro, isto é, entre o nacional e o local⁴⁴, fazendo emergir um processo de inovação no campo da historiografia. Desta forma

os “fatos discursivos que compunham o universo da fala no tempo podem dimensionar melhor os debates, fazendo-nos perceber cada

44 A esse respeito, as reflexões de Janaína Amado são reveladores no que tange à importância de se estudar a história regional e local, pois esse “estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo do regional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da história (como os movimentos sociais, ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade. A historiografia regional tem ainda a capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social. (...) Por todas as razões expostas, a historiografia regional é também a única capaz de testar a validade de teorias elaboradas a partir de parâmetros outros, via de regra o país como um todo, ou uma outra região, em geral, a hegemônica. Estas teorias quando confrontadas com realidades particulares concretas, muitas vezes se mostram inadequadas ou incompletas. Apesar de toda a riqueza de possibilidades, a historiografia regional conhece algumas dificuldades específicas – que costumo chamar de “armadilhas”-, em grande parte decorrentes de possibilidades do tipo de relação mantido entre os centros hegemônicos do país, os polos sócio-econômicos e culturais, e as regiões periféricas, mais pobres, e de como as pessoas vivenciam e introjetam estas relações”. Ver: AMADO, Janaína. “História e região: Reconhecendo e construindo espaços”. In: SILVA, Marcos (coord.). **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990, pp.7-15.

época na sua feição única e não como parte de um enorme processo histórico que arrola causas e consequência. O significado de cada época, buscado nas referências do momento e, não, na interpretação a posteriori, pode redimensionar nossa percepção do período, permitindo-nos vislumbrar lutas e inquietudes numa paisagem que considerávamos harmônica.”⁴⁵

A imprensa periódica começou a ocupar um papel importante no espaço social, com as rápidas transformações que passaram as sociedades ocidentais com o desenvolvimento das relações capitalistas. A complexidade adquirida pela organização social, e a necessidade da informação rápida fizeram com que a imprensa periódica adquirisse, cada vez mais, uma maior expressividade nas relações sociais nascentes. Assim,

“a intensificação e o refinamento das relações de troca, que ocorrem no bojo das transações capitalistas, as possibilidades de atuar e de influir na vida da sociedade, que se afiguram na eclosão das revoluções burguesas, tornam a informação um bem social, um indicador econômico, um instrumento político.”⁴⁶

A informação se tornou um direito público, como nos afirma Araujo⁴⁷, não isento de ideologização política e econômica, mas como instrumento

45 Diana Gonçalves VIDAL & Marilena Jorge Guedes de CAMARGO. “A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: v. 73, nº 175, p.408.

46 José Marques de MELO. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.17.

47 José Carlos Souza ARAUJO et alii. **Educação, imprensa e sociedade no Triângulo Mineiro: A Revista A Escola (1920-1921)**, p.5.

veiculador e manipulador de interesses. Aliás, a imprensa periódica se caracteriza por uma natureza política, ao se tornar uma atividade comprometida com o exercício do poder político:

“...a imparcialidade não passava, e não passa ainda hoje, de mera retórica, sendo usada para preservar o discurso e os interesses do próprio veículo. A neutralidade jornalística é um mito cotidianamente desfeito nas relações, a partir da elaboração da pauta que determina a forma de se buscar os fatos, o conteúdo pretendido e, eventualmente, indica os propósitos da editora”⁴⁸

Deste modo, a instituição jornalística equilibra o que ela quer veicular para o leitor conhecer, atendendo, dessa forma, a seus interesses e suas expectativas. A empresa jornalística ao constituir-se num instrumento de veiculação e manipulação de interesses diversos (público e privado) passa a atuar na vida social e, conseqüentemente, não fica neutra aos acontecimentos, às idéias e às concepções, ou não é alheia à realidade histórica na qual está inserida. Através dela pode-se observar e compreender a trajetória das atividades humanas em todas as suas relações sociais, permitindo caracterizar a trajetória da organização educacional, levando em consideração as particularidades e singularidades que permearam a educação em um dado momento histórico.

48 Elcias, LUSTOSA. **O Texto da Notícia**. Brasília: Ed. UnB, 1996, p.22.

Na verdade, a imprensa periódica, apesar de todos os mecanismos de controle é uma difusora de idéias, defensora de pontos de vistas, conforme podemos constatar pelas palavras de José Marques de Melo:

“Os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são “aparatos ideológicos”, funcionado, se não monoliticamente atrelados ao Estado, pelo menos atuando como uma consciência, influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São portanto, veículos que movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias.”⁴⁹

A imprensa periódica atua, assim, na vida social, trazendo concepções de política, de educação, de economia, de literatura e de moral, possibilitando acompanhar o desenrolar das atividades sociais com seus agentes reais. Apesar dos mecanismo de controle, como foi dito anteriormente, pode-se observar, por esse meio de comunicação, o desenrolar das contradições presentes na sociedade, compreendendo, de uma maneira geral, a trajetória das atividades humanas em todas as suas relações sociais. Pode-se, então, caracterizar, o caminho da organização educacional no Brasil, analisando as informações veiculadas pela imprensa periódica.

2.3 Imprensa e Educação: uma aproximação possível.

Os periódicos pedagógicos, como os que tratam de várias temáticas, proporcionam oportunidades de reconstruir a História da Educação e de mostrar os modelos de funcionamento no campo educacional. Contribuiu para a reflexão da trajetória da educação, considerando não só grandes nomes e decisões, mas também as pequenas iniciativas que foram sendo tomadas no interior do espaço educacional.

Os periódicos são fontes documentais significativas para o estudo da História educacional, sendo a prática jornalística participante do processo histórico, por compartilhar da cotidianidade da sociedade. Pesquisar os periódicos, especificamente os jornais, permite fazer uma

“leitura de manifestações contemporâneas aos acontecimentos. Desta maneira, realizamos uma aproximação do momento de estudo não pela fala dos historiadores da educação, mas pelos discursos emitidos na época. Em lugar do grande quadro explicativo da História, da grande síntese que para ser efetuada desconhece detalhes e matizes, lidamos com a pluralidade: as diversas falas colorem a compreensão do período e indicam lutas diferenciadas, muitas vezes irrecuperáveis no discurso homogêneo do historiador de grandes quadros, fazem-nos

recuperar viéses que ficaram perdidos nas análises, quanto a fala dos agentes deslocada no tempo, por exemplo a apreciação de um educador sobre sua atuação passada, ocultam elementos que, na época da publicação das revistas, eram preocupações correntes, e depois foram esquecidos, obliterados por outras questões.”⁵⁰

Por outro lado, Antonio Nóvoa salienta a importância de se valorizar os trabalhos historiográficos produzidos no campo da História da Educação, conforme as suas observações:

“É fundamental valorizar os trabalhos produzidos a partir das realidades e dos contextos educacionais. A compreensão histórica dos fenômenos educativos é uma condição essencial à definição de estratégias de inovação. Mas para que esta inovação seja possível é necessário renovar o campo da História da Educação. Ela não é importante apenas porque nos fornece a memória dos percursos educacionais, mas sobretudo porque nos permite compreender que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das idéias pedagógicas ou das práticas escolares: tudo é produto de uma construção social.”⁵¹

Neste sentido, há várias formas de se pensar a história dentro de condições particulares e específicas, com as suas múltiplas atividades: política, econômica, social, cultural, religiosa e literária; que compõem o

50 Diana Gonçalves VIDAL & Marilena Jorge Guedes de CAMARGO. “A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília: v. 73, nº 175, p.408.

51 António NÓVOA. “Inovações e História da Educação”. **Teoria e Educação**. Nº 6, 1992, p.221.

espaço onde homens e mulheres vivem situações sociais reais, com necessidades e interesses diferenciados. Assim:

“Imaginamos que a história é a experiência humana e que esta experiência, por ser contraditória, não tem um sentido único, homogêneo, linear, nem um único significado. Desta forma, fazer história como conhecimento e como vivência é recuperar a ação dos diferentes grupos que nela atuam, procurando entender por que o processo tomou um dado rumo e não outro; significa resgatar as injunções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outras.”⁵²

Deste modo, cabe ao historiador promover uma aglutinação dos fatos que ele localiza, procurando retirar desse seu caleidoscópio uma dada racionalidade, visando identificar, na medida do possível, as diferentes histórias que compõem o todo histórico, com o objetivo de construir uma História menos excludente. Nesta perspectiva, percebe-se que a imprensa se transformou em objeto de referência para apreensão e compreensão do processo histórico-educacional, a partir do qual emergiram novas interpretações que edificaram outras concepções de educação na região do Triângulo Mineiro, nos possibilitando, ainda, visualizar horizontes mais

52 Maria do Pilar de Araújo VIEIRA. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ed. Ática, 1995, p.11.

diversificados, como também múltiplas aproximações em relação a essas questões ligadas ao campo educacional.⁵³

Neste sentido, a pesquisa educacional na imprensa avançou muito no Brasil nos anos noventa, descortinando um novo corpus documental, tão importante quanto as pesquisas ligadas à história das instituições escolares.⁵⁴ Maria Helena Câmara Bastos contribui, com suas reflexões sobre a importância da imprensa, enquanto fonte documental, para a compreensão da história da educação brasileira,

“A pesquisa histórica em fontes documentais torna-se muitas vezes precária, tanto pelo desconhecimento do que há de pesquisa, como pela inadequada catalogação e conservação. Este problema agrava-se quando pesquisa-se a história da educação brasileira, principalmente no tocante à história de sua imprensa periódica educacional. A imprensa pedagógica – instrumento privilegiado para construção do conhecimento, constitui-se em um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou grupo social, a partir da análise do discurso veiculado e a ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar. Prescrevendo

⁵³Merecem destaque os seguintes trabalhos que versam sobre as pesquisas de educação na imprensa: Denice Bárbara Catani e Maria Helena Câmara Bastos (Org.), **Educação em Revista: A imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997; Denice Bárbara Catani, “A Imprensa Periódica Educacional: as Revistas de Ensino e o Estudo do Campo Educacional”, **Educação e Filosofia**, Uberlândia, MG: 10 (20): 115-130, jul/dez 1996; o número 65 (150) da **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RBEP**, Brasília: maio/ago 1984, com diversos trabalhos sobre o tema; Raquel Gandini, **Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944-1952**, Campinas: Unicamp, 1995; e José Carlos S. Araujo, et alii. “Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: A Revista **A Escola**, 1920-1921”, **História da Educação**, Pelotas (RS): 2 (3): 59-93, abr. 1998.

⁵⁴Ester BUFFA e Paolo NOSELLA. **Schola Mater: A Antiga Escola Normal de São Carlos - 1911-1933**. São Carlos (SP): EDUFSCar, 1996; dos mesmos autores, **Industrialização e educação: a Escola Profissional de São Carlos, 1932-1971**. São Carlos (SP): UFSCar, 1996 (mimeo).

determinadas práticas, valores e normas de conduta, construindo e elaborando representações do social, a imprensa pedagógica afigura-se como fonte por professores para professores, feita para alunos por seus pares ou professores, feita pelo Estado ou outra instituição como sindicatos, partido, Associação e Igrejas. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e as filiações ideológicas, as práticas educativas e escolares..”⁵⁵

Entre as novas propostas para se estudar a História da Educação no país, merecem destaque as pesquisas da professora Denice Barbara Catani, que vem realizando estudos ligados a periódicos voltados ao campo educacional, considerando essa imprensa um espaço privilegiado para interpretar as inúmeras correntes do pensamento pedagógico no Brasil. Sobre a importância dessa imprensa, Catani nos diz que:

“De fato, as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. Por outro lado, acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida dessas revistas permite conhecer as lutas por legitimidade, que

55Maria Helena Câmara BASTOS .Apêndice- "A Imprensa Periódica Educacional no Brasil: de 1808 a 1944". In: **Educação em Revista** –*A imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

se travam no campo educacional. É possível analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares”⁵⁶

Portanto, a imprensa, especializada ou não, em muito contribuiu para se historiar as pistas deixadas pelo pensamento educacional ao longo deste século no Brasil e, em especial, na região do Triângulo Mineiro, pois nos permitiu encontrar um cabedal enorme de informações das mais variadas formas do pensamento pedagógico⁵⁷.

Além do mais, o papel pioneiro desempenhado por essa imprensa e suas potencialidades, como fonte para o estudo da constituição e da dinâmica do campo educacional, numa perspectiva histórica, além do seu lugar na conjuntura do pensamento liberal,⁵⁸ no que tange à educação, pode ser aquilatado pelo exame das publicações que circularam em Uberlândia na

56“A Imprensa Periódica Educacional: As Revistas de Ensino e o Estudo do Campo Educacional”, op. Cit., p. 117.

57Observa-se, ainda, que esse período é um dos mais importantes para a História da Educação no Brasil. Foi, então, que se delinearam e se firmaram idéias pedagógicas que orientaram a evolução educacional e a busca de soluções para os problemas da educação, destacando-se: movimento contra o analfabetismo, busca da extensão quantitativa e melhoria qualitativa da escolaridade, movimento pela profissionalização dos educadores e mobilização da sociedade pela difusão do ensino elementar. Entretanto, apesar de ser um período fértil, o país apresentava uma situação de escolarização bastante deficitária, como se comprova na relação da população letrada e o número de analfabetos, como já demonstramos anteriormente.

58 Identificamos nessas publicações uma retomada dos princípios do Liberalismo, principalmente em relação à educação. Essa preocupação é marcante também aos intelectuais que discutem sobre o problema educacional brasileiro, ficando isso claro nas palavras de Carneiro Leão: “... é a imposição dos tempos, a necessidade, a tirania dos métodos atuais de civilização. Numa época em que civilização é riqueza é produção, e produção é capacidade de trabalho, de energia, de esforço de perseverança, vitorioso será o povo que conseguir uma educação na qual melhore mais prontamente se adquiram qualidades tais.” Carneiro LEÃO. **O Brasil e a educação popular**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1917, p.46.

primeira metade do século XX⁵⁹. A respeito, da simbiose entre o trabalho do historiador e a função do jornalista, Gonçalves Neto nos diz que:

“O trabalho do historiador, portanto, pode e deve estar bem próximo daquele exercido pelo jornalista. Ambos utilizam os fatos e voltam-se para a análise do real. A perspectiva do jornalista, contudo, é conjuntural, construindo mais uma memória coletiva, enquanto o historiador busca a observação de longa duração, esperando encontrar as explicações para toda a estrutura, numa análise mais profunda e ampliada”⁶⁰

As especificidades do discurso educacional podem ser captadas através da análise de alguns periódicos e jornais, sendo que estes tinham uma circulação expressiva na região do Triângulo Mineiro no início do século XX, conforme podemos observar pelo quadro abaixo:

(QUADRO 3)

A IMPRENSA PERIÓDICA EM MINAS GERAIS, 1897-1940

ZONA	1897	1905-6	1920	1940
Norte	05	12	13	12
Leste	01	03	09	03
Centro	22	42	42	42

59 Nesse período da vida brasileira percebe-se uma grande movimentação nacional, em torno do tema educação, ocorrendo até a realização de campanhas públicas sobre o assunto em jornais e revistas. O debate em relação à educação ganha terreno e importância e se fortalece com a criação, em 1924, da Associação Brasileira de Educação (ABE), por educadores interessados em defender o seu campo de trabalho. Primeira instituição com este objetivo a nível nacional, aglutinou profissionais de várias regiões e Estados, principalmente através da promoção das Conferências Nacionais de Educação a partir de 1927. Estas conferências eram reuniões que contavam com a participação de expressivos nomes do cenário educacional, citando-se entre eles Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Heitor Lira, e tinham a finalidade de defender os interesses da educação e dos princípios da educação propostos pela Escola Nova.

60 Wenceslau GONÇALVES NETO, et alii. “Educação e Imprensa: análise de jornais em Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX.” **Revista de Educação Pública**. Cuiabá: UFMT, v.6, nº10, jul-dez. 1997, p.129-130.

Triângulo	12	14	20	35
Oeste	18	19	21	21
Sul	39	56	79	67
Mata	31	49	82	93
TOTAIS	128	195	266	273

Fonte: John D. Whirth, *o fiel da Balança*, p.134.

Após os estudos realizados, ao longo deste capítulo, e das análises feitas anteriormente, que indicam os avanços conquistados em relação à imprensa, enquanto objeto de análise do historiador, pode-se afirmar, à guisa de considerações finais, que

“A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação,... São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia.”⁶¹

Foi tendo em mente estes pressupostos, que buscamos interpretar o discurso sobre a educação em Uberlândia, procurando elucidar as idéias educacionais veiculadas pela imprensa local, durante as primeiras décadas

deste século, momento no qual identificamos as principais publicações temáticas com as quais trabalhamos. Sabemos, no entanto, que uma pesquisa dessa natureza é apenas o início de uma longa e árdua caminhada, devendo ela ser trilhada por outros pesquisadores. Além do mais, percebemos a existência dessa lacuna em muitos trabalhos sobre a História da Educação no Brasil. A nosso ver o estudo da imprensa é inovador, tanto no que diz respeito à temática, quanto às fontes de pesquisas a serem utilizadas.

Portanto, as possibilidades de uma investigação desse porte são muitas, sem contudo, deixar de incluir com frequência outros “achados”, descartados do interesse de uso e de preservação da memória educacional. Na seleção dos jornais, que integraram o presente estudo, estivemos sempre alertas às obscuridades, seguindo os rastros empoeirados desses documentos, sem deixar, todavia, de observar as possíveis armadilhas que as intempéries e uso incorreto de tais fontes podem trazer para o resgate da história.

61 Antonio NÓVOA. "A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português". In: (Org.) Denice CATANI et alli. **Educação em Revista**-A Imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 1997, p.31.

CAPÍTULO 3

A dimensão política do pensamento educacional

CAPÍTULO III

A DIMENSÃO POLÍTICA DO PENSAMENTO EDUCACIONAL DE HONORIO GUIMARÃES

“Tenho provado que o régimen republicano é o mais científico, isto é o mais verdadeiro, o mais humano, isto é, o mais fraterno e o mais apto à prosperidade do homem, isto é, o de mais paz e trabalho; regimen de liberdade, de igualdade perante as leis, de solidariedade social, em que a soberania do indivíduo se combina com a superioridade da pátria. Em suma: eu desejo a República, conservadora e portanto liberal, ordeira e portanto progressista.”

Antônio da Silva Jardim

Os artigos de jornais, selecionadas para este capítulo, pretendem oferecer uma visão panorâmica do pensamento educacional que circulou nas primeiras décadas desse século em Uberabinha, hoje Uberlândia, buscando identificar a ressonância da “clarineta liberal” no contexto social local, através das idéias divulgadas pela imprensa.

Trata-se de um documentário de fontes primárias, incluindo os mais relevantes artigos, pelo menos na nossa avaliação, publicados pelo jornal O

*Progresso*⁶². Assim, o estilo, a linguagem, a ortografia e o vocabulário desses documentos foram preservados, sendo que disponibilizamos todos os artigos, sobre educação, do referido periódico em anexo a este trabalho.

Sabemos o quão é importante, para o conhecimento histórico, o contato com as fontes primárias, pois segundo Adam Schaff

“No seu trabalho, o historiador não parte dos fatos, mas dos materiais históricos, das fontes, no sentido mais extenso deste termo com a ajuda dos quais constrói o que chamamos os fatos históricos. Constrói-os na medida em que seleciona os materiais disponíveis em função de um certo critério de valor, como na medida em que os articula, conferindo-lhes a forma de acontecimentos históricos.”⁶³

Portanto, a partir desse momento, a nossa preocupação, é no sentido de dar uma visão mais detalhada em torno das discussões sobre educação que circulavam nos jornais em Uberlândia, entre 1905 -1922, buscando nesses periódicos as iniciativas locais no campo educacional e, através delas, identificar quais objetivos nortearam a produção desses artigos e editoriais⁶⁴. Nessa incursão inicial,

62 **O Progresso** surgiu em 1907, fundado e dirigido pelo major Bernardo Cupertino, e exerceu ainda a função de editor-chefe do jornal. Com o passar do tempo este periódico encontrou bom acolhimento junto ao público leitor, se transformando no principal veículo de comunicação da cidade. Durante sua existência **O Progresso** se constituiu em um aguerrido divulgador das idéias positivistas e liberais, as quais ditavam a tônica de seus editoriais, tendo por objetivo consolidar, entre o seu público leitor, os ideais de **ordem** e **progresso**, como bem expressa o seu próprio nome. **O Progresso** encerrou suas atividades em 1922, após o falecimento do seu proprietário em 1918. Devemos lembrar ainda que este periódico apresentava uma tiragem semanal, com aproximadamente 1.000 exemplares, contendo quatro páginas, com vários anúncios de escolas, editoriais e artigos ligados à discussão pedagógica.

⁶³ Adam SCHAFF. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p.307.

⁶⁴ De acordo com as observações feitas por José Marques de Melo, em sua classificação a respeito dos gêneros do jornalismo, os mesmos enquadram-se dentro daquilo que o referido autor chama de jornalismo

analisaremos a tentativa de consolidar o ideal republicano na cidade. Num segundo momento, procuraremos identificar como que o ideário positivista foi incorporado às idéias pedagógicas daquele período histórico. Por fim buscaremos enfocar a forma pela qual o ensino religioso (em especial o da Igreja Católica), era tratado no campo educacional, em uma sociedade que passava por inúmeras transformações nos diversos setores sociais.

3.1 Republicanismo e educação: as concepções de Honório Guimarães

A imprensa registrou os principais pronunciamentos do professor Honório Guimarães, expressando a preocupação desse educador em relação à educação. De acordo com o levantamento biográfico realizado pelo professor José Carlos Sousa Araujo, através do qual este pesquisador procurou detalhar as principais atividades desenvolvidas pelo então educador e jornalista:

“Honório Guimarães, nascido a 20-09-1888 no município de Franca-SP, tornou-se cedo jornalista em Uberaba, MG, quando terminava o Curso Normal. Nesta cidade também fez o seu curso primário. Colaborou com as relações dos jornais de Uberaba, Franca, Batatais, São Paulo, e outros lugares. Em Uberaba ainda publicou um pequeno

opinativo, pois segundo suas análises, "o artigo pressupõe autoria definida e explicitada, sendo este o indicador que orienta a sintonização do receptor; já o editorial não tem autoria, divulgando-se como espaço da opinião institucional. O editorial estrutura-se segundo uma angulação temporal que exige continuidade e imediatismo; isso não ocorre com o artigo, pois embora freqüente, descobre os valores de bens culturais diferenciados, contemplando fenômenos também diferentes". Ver José Marques DE MELO. **A Opinião do Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.65.

semanário intitulado Brado; posteriormente, publicou O Lírio. Foi também escriturário, gerente de hotel, solicitador em Uberaba. Em Uberabinha, em fins de 1907 tornou-se professor efetivo da primeira cadeira estadual do sexo masculino."⁶⁵

Já o memorialista Tito Teixeira, fez as seguintes observações a respeito da passagem de Honório Guimarães pela região:

“organizou a primeira escola primária montada com todos os requisitos da reforma escolar vigente, estabelecendo uniformes escolares, criou uma banda de música infantil, montou um jornalzinho para a escola, com oficina própria, onde eram ministrados aos alunos os conhecimentos de tipográficos e instituiu o ensino militar obrigatório, com fuzis e sabres de madeira...foi premiado com uma viagem à Capital do Estado, ocasião em que visitou os grupos escolares ali existentes. Durante sua permanência na Capital, teve a iniciativa e com os demais professores instalou o primeiro Congresso dos Professores Públicos Primários do Estado de Minas Gerais... Em 1912 foi nomeado diretor do Grupo Escolar de Araguari, onde se casou com a professora D. Margarida de Oliveira, sendo em 1913 nomeado director do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, de Uberabinha até 1920. Além de redator chefe do primeiro jornal diário de Uberabinha, MG, foi inspetor regional do ensino, sendo nomeado em fins de 1920. A sua circunscrição como inspetor de ensino cobria as cidades mineiras de Estrela do Sul, Monte Carmelo, Patrocínio, Patos de Minas e Carmo do Paranaíba. '...no desempenho de suas funções deparou-se com um

65 José Carlos S. ARAUJO, et alii. “Educação, Imprensa e Sociedade no Triângulo Mineiro: A Revista **A Escola**, 1920-1921”, **História da Educação**, Pelotas (RS), abr. 1998.

dispositivo regulamentar que incompatibilizavam esposa ou parentes até o terceiro grau em função sob sua jurisdição'. Atingido no seu caso que como director mantinha sua esposa como professora, esta exonerou-se, e ele protestando contra tais dispositivo, foi transferido para o Grupo Escolar de Cabo Verde, abandonou o cargo e mudou-se para Belo Horizonte, onde sua esposa gavia montado o Colégio Belo Horizonte, com o Instituto Comercial de Minas Gerais. Diplomado em farmácia, foi revisor do “Minas Gerais” na revolução de 30, 1º tenente do Batalhão João Pessoa, farmacêutico em Cercado de Pitangui; exerceu o cargo de professor de uma das cadeiras do 12º e depois do 10º do regimento, regeu uma escola noturno em Carlos Prestes, quando foi mandado para dirigir o Grupo Escolar de Divinópolis, reintegrado por sentença do colento tribunal de apelação.”⁶⁶

Como podemos perceber, o professor Honório Guimarães sempre se preocupou pelos assuntos educacionais, conforme as atividades exercidas em diversas escolas da cidade e região. Esta preocupação estava ligada à disseminação e consolidação do ideal republicano no município. Constatação esta que pode ser confirmada através dos seus artigos e editoriais, pois eles nos permitem desvelar e aquilatar a importância de se implantar no município uma escola pública, a qual deveria se constituir no principal foco de propagação daquele ideário. Para alcançar este objetivo, Honório Guimarães desencadeou, na imprensa uberlandense, uma verdadeira campanha em prol da criação, na cidade, de uma escola pública, em decorrência da reforma do ensino promovida por João Pinheiro em 1907, tendo

66 Tito TEIXEIRA, **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central**: História do Município de Uberlândia,

como idealizador o então secretário do interior Manuel Tomaz de Carvalho Brito⁶⁷.

Como podemos perceber pelas suas palavras:

“Levanta-se no nosso meio a grande idéia do agrupamento das escolas locais. Os grupos escolares consoantes com o regulamento da instrução, organizado pelo illustre secretario do interior Dr. Carvalho Britto, estão destinados a produzir resultados compensadores de todos os sacrificios que se possam fazer com a sua installação. Em Uberabinha onde existem para mais de quatrocentas creanças em idade escolar, é justo que se procure dar ao ensino a maior latitude possível, empregando o meio mais proveitoso, menos despendiso e que mais probabilidades de exito offereça. O magisterio primario que por tantos annos, tão descurado foi no nosso estado, encontrou agora no Dr. Carvalho Britto, um fervoroso defensor, que de animo resolutu e inquebrantável tenacidade, vai operando a sua reforma e levando a todos os recantos deste abençoado torrão, a sagrada luz da instrução, verdadeiro pão do espírito, donde dimanará mais tarde a felicidade do povo mineiro. O Dr. Carvalho Britto, quando outros actos de sua proveitosa administração na pasta do interior, a não recomendarem à gratidão dos mineiros, seria bastante a reforma no importante ramo da instrução publica primaria e a sua organização nos moldes em que não sendo talhada, para recommendal-o à gratidão dos vindouros,

volume II, pp. 223-224.

⁶⁷ De acordo com os estudos realizados por Paulo Krüger Corrêa Mourão, sobre o ensino em Minas Gerais, durante a Primeira República, pela Lei nº439 de 28 de setembro de 1906, a qual reformulou as bases da instrução pública no Estado. A respeito das reformas levadas adiante pelo governo, Mourão observa que: “João Pinheiro e seu Secretário do Interior Dr. Manuel Tomaz de Carvalho Brito tiveram a felicidade de introduzir em Minas Gerais, uma modificação realmente substancial no ensino, algo que então constituia uma conquista dos países mais civilizados do mundo a instituição dos grupos escolares. O artigo 3º definindo o ensino primário como gratuito e obrigatório, especificava que seria ministrado em I - Escolas isoladas; II - Grupos escolares; III - Escolas modelos, anexas as escolas normais. Pela primeira vez, em toda a legislação do ensino em Minas Gerais, surgia a denominação - grupo escolar!” Ver: Paulo Krüger Corrêa MOURÃO. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962, pp. 93-94.

coberto das benções de milhares de creanças que lhe deverão não serem contadas ainda no numero dos analphabetos.”⁶⁸

Percebe-se, então, que com a instituição dos grupos escolares buscava-se estabelecer uma nova configuração sócio-política, ou seja, a partir das escolas públicas poder-se-ia seguir “*as pegadas dos povos civilizados*” na sua caminhada rumo ao progresso. Nesse sentido, estas escolas reproduziam e sedimentavam uma serie de espectáculos e celebrações que compunham o enredo da “*liturgia política da República*”. Portanto, conforme observa Rosa Fátima de Souza:

“A escola pública emerge no sentidos dessa relação intrínseca - é uma escola para a difusão dos valores republicanos e comprometida com a construção e consolidação do novo regime; é a escola da República e para a República. Esse vínculo entre educação popular e o novo regime democrático exaltado pelos profissionais da educação.”⁶⁹

A preocupação, do professor Honório Guimarães, em relação à ausência de escolas públicas na região do Triângulo Mineiro e, em especial, na cidade de Uberabinha, pode ser comprovada pela análise do quadro abaixo:

(QUADRO 4)

NÚMEROS DE ESCOLAS PÚBLICAS CRIADAS

Cidades	1900	1910	1920	1930	TOTAL
---------	------	------	------	------	-------

⁶⁸ Honório GUIMARÃES. *O Progresso*. “Grupo Escolar”, Uberabinha, Anno II, Num. 57, de 19 de outubro de 1908, p.01.

⁶⁹ Rosa Fátima de SOUZA. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998, pp.27-28.

Uberlândia	-	1	1	-	2
Centralina	-	-		-	-
Nova Ponte	-	-	-	-	-
Tupacigara	-	-	-	-	-
Prata	-	-	-	-	-
Indianópolis	-	-	-	-	
Monte Alegre	-	-	-	-	-
Araguari	1	-	1	-	2

FONTE: Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da UFU

No que tange ao número de escolas privadas pode-se observar uma situação, em termos de números absolutos, bem melhor do que aquela relativa aos estabelecimentos públicos de ensino, conforme os dados que estão dispostos no quadro abaixo:

(QUADRO 5)

NÚMERO DE ESCOLAS PRIVADAS CRIADAS

Cidades	1900	1910	1920	1930	TOTAL
Uberlândia	1	1	2	-	4
Centralina	-	-		-	-
Nova Ponte	-	-	-	-	-
Tupacigara	-	-	-	-	-
Prata	-	-	-	-	-
Indianópolis	-	-	-	-	
Monte Alegre	-	-	-	-	-
Araguari	1	2	-	-	2

FONTE: Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da UFU.

A situação educacional da região torna-se mais caótica quando é comparada com os dados sobre criação de escolas públicas no estado de São Paulo. Neste aspecto o professor Honório Guimarães salienta que:

“O estado de S. Paulo, que em materia de ensino leva a palma a todos os outros da união, há muito adoptou os grupos escolares em substituição as escolas isoladas e diariamente novos edificios se levantam destinados á criação de novos grupos, o que prova o bom resultado que se tem colhido nestes estabelecimentos de ensino. Ora está provado pelos bons resultados colhidos pelo estado de S. Paulo, que os grupos escolares, preenchem todas as condições, acrescentando ainda a maior facilidade de fiscalisação por parte do governo.”⁷⁰

Suas palavras podem ser confirmadas quando observamos o número de escolas públicas criadas no Estado de São Paulo a partir de 1900, como demonstra o quadro abaixo:

(QUADRO 6)

GRUPOS ESCOLARES INSTALADOS NO INTERIOR DE SÃO PAULO - 1900-1908

ANO	CIDADE	DENOMINAÇÃO
1900	Bananal	“Cel. Nogueira Cobra”
1900	Campinas	“Cel. Quirino dos Santos”
1900	Faxina	-
1900	Itapira	“Dr. Julio de Mesquita”
1900	Moji-Mirim	“Cel. Venâncio”
1900	Piracicaba	“Moraes Barros”
1900	Rio Claro	“Cel. Joaquim de Salles”
1900	Santos	“Dr. Cesário Bastos”
1900	São Manuel Paraíso	“Dr. Augusto dos Reis”
1901	Leme	“Cel. Augusto Cesar”
1901	Limeira	“Cel. Flaminio Lessa”
1901	Mococa	“Barão de Monte Santo”
1901	Serra Negra	-
1902	Sertãozinho	-
1902	Santos	“Barnabé”
1902	São Sebastião	-
1903	Amparo	“Rangel Pestana”
1903	Araraquara	-

⁷⁰ Honório GUIMARÃES. Op cit. P. 01.

1903	Araras	“Justino Whitaker”
1903	Belém Descalvado	“Cel. Tobias”
1903	Casa Branca	“Dr. Rubião Junior”
1903	Jobiticabal	“Cel. Vaz”
1903	Jaú	“Dr. Pádua Sales”
1905	Atibaia	“José Albin”
1905	Franca	-
1905	São Carlos do Pinhal	“Cel. Paulino Carlos”
1905	São João da Boa Vista	“São Joaquim José”
1905	São Simão	“Simão da Silva”
1906	Jundiaí	“Conde da Silva”
1906	Piraju	-
1906	Perassununga	“Cel. Manuel F. Silveira”
1907	Alvaré	“Edmundo Trench”
1907	Caçapava	-
1907	Itu	“Dr. Cesário Motta”
1908	Porto Feliz	-
1908	S. José Rio Pardo	“Dr. Candido Rodrigues”

FONTE: Rosa Fátima SOUZA. **Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, pp. 118-119.

Pelos quadros 4 e 5 acima vemos que, no conjunto das cidades da região do Triângulo Mineiro, pelo menos até 1940, há uma supremacia do ensino privado em relação ao público, vindo esta constatação a justificar as preocupações do professor Honório Guimarães, preocupações estas que se agravam quando comparamos o interior mineiro com o interior do estado de São Paulo (ver QUADRO 6). Segundo ele não haveria como iniciar o processo de erradicação do analfabetismo no município de Uberabinha, se se constituísse o grupo escolar num instrumento civilizador da sociedade. Por isso, a criação de uma instituição pública era fundamental:

“É preciso que o governo municipal de Uberabinha, unindo-se ao governo do Estado procure trazer para esta cidade, este grandioso

melhoramento, que virá dar ao nosso desenvolvimento material, um impulso intellectual e civilizador, de maneira a preparar pelo ensino, os homens do futuro, tornando-os aptos a contribuir pelo seu saber e valor civico, para a felicidade da grande colectividade brasileira. Promova-se a criação de um grupo escolar nesta cidade e ter-se-á prestado ao municipio um dos mais importantes benefícios de palpitante necessidade.”⁷¹

Na verdade, as preocupações de Honório Guimarães refletiam as apreensões dos grandes pensadores nacionais, como as de José Veríssimo, que em seu livro “*A Educação Nacional*”, procura chamar a atenção para a “desordem” que impera no modelo educacional brasileiro, impondo-se a constituição de um sistema educativo verdadeiramente orgânico e civilizador a esta sociedade. No que concerne ao caráter da educação, José Veríssimo afirma:

“A educação não é de certo, como inculcaram apostolos demasiado convictos, uma panacéia, mas é sem contestação poderosissimo modificador. Tristemente, mas triumphantemente, as estatisticas demonstraram a falsidade da asserção que começava a adquirir fóros de axioma, que abrir escolas era fechar prisões. Mas, discutindo o valor dos methodos e systemas, nenhum pensador ha que sem paradoxo discuta e deprecie a proficuidade da instrucção e a acção modificadora da educação.”⁷²

⁷¹ Honório GUIMARÃES. Op.cit. p.01.

Assim, a educação se configura como sendo depositária da unidade nacional, viabilizado a concretização de uma sociedade calcada nos ideais de civilidade, elemento primordial para a construção da grande nação brasileira.

Pelas palavras, do professor Honório Guimarães, também pode-se perceber estas mesmas preocupações, isto é, de que a República, instrumentalizada pela educação, era o caminho para a sociedade atingir o seu mais alto grau de progresso, sendo que a instrução pública se constituiria em um dos fundamentais sustentáculos do regime republicano no país. Assim, através do jornal "*O Progresso*", o referido professor, promoveu uma longa campanha no sentido de se estabelecer a obrigatoriedade do ensino, mesmo que fosse necessário a intervenção mais enérgica por parte do governo. A esse respeito Honório Guimarães salienta que:

“O ensino particular em S. Paulo está methodisado pelo ensino publico, de maneira que o pae ou professor pode e deve no fim de cada anno apresentar a creança a exame nos estabelecimentos estadoaes, porque está instruido pelo methodo official. Em Minas, estes exames só podem ser feitos no anno final do curso mediante despacho favoravel da Secretaria do Interior, quando este processo poderia se realizar na propria localidade, com a audiencia do inspector escolar que é o representante do governo. Se assim o fosse e se taes exames se realizassem quanto a qualquer dos annos do curso, ter-se-ia estabelecido facilidade á diffusão do ensino particular e a obrigação em que os seus professores teriam de ver-se adoptando o programma official, porque preparariam os meninos em exame publico, desta

⁷² José VERÍSSIMO. **A educação nacional**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906, p.45.

maneira garantindo o dispendio dos paes por verem seus filhos com attestados válidos de aprovação. Visto o exposto, facilitar a adaptação do ensino publico, methodisal-o por este estabelecer a obrigatoriedade do ensino em geral, são medidas que por certo já animam o pensamento do moço competente que dirige a pasta do Interior de Minas e que tem dado attestados de viva capacidade.”⁷³

Pelos aspectos salientados anteriormente, pode-se identificar uma íntima aproximação de Honório Guimarães com os pressupostos consubstanciados pelas idéias republicanas que circulavam à época, principalmente aquelas que estavam ligadas ao problema educacional brasileiro, em especial, nas localidades onde Honório atuava como educador ou como jornalista, pois sua luta em favor da instrução pública apresentava um significado político, na medida em que enfatizava a importância dessas escolas como promotoras do ensino moral e cívico, desde os primeiros anos de escolaridade. Por isso, a escola era idealizada por Honório Guimarães, como estando acima de todas as demais instituições, sendo ainda, o lugar privilegiado de afirmação da ordem, isto é, *“a instrução, com ênfase no ensino da moral e civismo, se configurava como instrumento de controle social.”*⁷⁴ Isto significa afirmar que revigorar o ensino, através dos grupos escolares, é renovar a sociedade dentro da ordem.

⁷³ Honório GUIMARÃES. **O Progresso**. “A obrigatoriedade do ensino”, Uberabinha, Anno II, Num. 77, de 14 de março de 1909, p.01.

⁷⁴ Maria Helena CAPELATO. **Os Arautos do Liberalismo: a imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.147.

3.2 Positivismo e Educação: suas influências no pensamento de Honório Guimarães

A presença das idéias positivistas no Brasil no início da República foi marcante, não deixando de influenciar também o pensamento de Honório Guimarães, sobretudo as abordagens de Durkheim, o qual centra seus estudos nas instituições sociais, procurando salientar a importância da educação⁷⁵ nesse cenário. Segundo suas análises, tais idéias comportam duas classificações distintas: a integração do indivíduo a uma sociedade política em seu conjunto e também a meios especialmente destinados, no caso, à educação.

Se cada instituição deveria contribuir para manter a harmonia do corpo social, temos que ver qual foi o papel que coube à educação nesta função. Desse modo, a educação não se limitava a lhe dar um realce que não tinha, mas a lhe acrescentar também alguma coisa. A transformação do indivíduo socialmente integrado se dava através do processo educativo, pois a sociedade não encontrava pronta, dentro das consciências, as bases sobre as quais repousava; sendo ela própria quem as construía. A cada geração, a sociedade encontra-se diante de um papel praticamente em branco, no qual é preciso trabalhar tudo de novo.

“O fim da educação é desenvolver as faculdades ativas. Assim nascem concepções pedagógicas exageradas, unilaterais e truncadas, que expressam apenas necessidades do momento, aspirações passageiras;

concepções que não podem manter-se por muito tempo, pois elas precisam logo ser corrigidas por outras que as completam, que ratificam o que elas têm de excessivo.”⁷⁶

Neste sentido, a educação unifica e divide ao mesmo tempo, obedecendo às exigências de uma sociedade global a um tempo integrada e altamente dividida. Assim, a vida em coletividade supõe semelhanças essenciais, isto é, um certo número de idéias, sentimentos e práticas que a educação deve inculcar em todas as crianças, indiscriminadamente, pertençam elas a qualquer categoria social. Como a disciplina, a submissão às regras lhes garante a vida coletiva, o apego aos grupos sociais, o espírito de sacrifício e de abnegação e outros. Desse modo, é submetendo-se à lei e devotando-se ao grupo que o indivíduo torna-se verdadeiramente homem.

Mas, em relação à divisão social do trabalho, a educação deve separar as gerações em função dos meios específicos para os quais se destinam. Trata-se de renovar os órgãos do corpo social que realizam funções essenciais para a sobrevivência do conjunto. Como diz Durkheim, a educação da cidade não é a mesma do campo, e nem a do burguês é a mesma do operário. Ele nos diz que cada profissão constitui um meio ambiental *sui generis* que pede atitudes e conhecimentos específicos, onde reinam determinadas idéias, hábitos e maneiras de ver o mundo; e como a criança deve ser preparada com vistas à função que

⁷⁵ Émile DURKHEIM. *A Evolução Pedagógica*. Porto Alegre, Ed. Artes Medicas, 1995. A obra que estamos nos referindo é a reprodução de um curso sobre a História do ensino na França, ministrado por Durkheim em 1904/1905 e retomado nos anos seguintes até a Primeira Guerra Mundial.

⁷⁶ Idem, p. 19.

preencherá, a educação, a partir de uma certa idade, já não pode ser a mesma para todos. Aos ramos especializados da divisão do trabalho correspondem educações específicas e complementares. A seleção dos conteúdos a serem estudados não parece oferecer problemas maiores do que os de uma adaptação funcional às necessidades da divisão do trabalho. Os valores centrais são distribuídos pela educação de acordo com os ramos complementares da divisão do trabalho. A exigência fundamental de harmonia social e, ao mesmo tempo, a divisão funcional do trabalho, constituem a estrutura e os principais determinantes da escola como agentes de seleção. Desta estrutura decorre a seleção da base moral e dos conhecimentos, técnicas e formas de pensamento próprios de cada função social. Tem-se, portanto, promoção e mobilidade vertical de acordo com as aptidões de cada um.

Assim sendo, as condições necessárias, em relação ao processo de divisão do trabalho, para que o sistema se mantenha em equilíbrio seria atingida através da educação. É produto, portanto, da coerção exercida pela sociedade. A escola é apenas uma das instituições que, no processo de divisão do trabalho social, assume para si a tarefa específica de intermediar a coerção que a sociedade exerce sobre o indivíduo, buscando alcançar mais rapidamente o processo de socialização. Desse modo, o instrumento básico para se evitar a desagregação social é a educação. A

moral está estreitamente vinculada a ela como forma de socialização dos homens ou de internalização de traços constitutivos da consciência coletiva⁷⁷.

Tais características podem ser encontradas nos artigos e editoriais de Honório Guimarães, pois este educador fez várias referências a propósito da educação enquanto canal de promoção do progresso social, estando aí, implícita, a intenção de se moralizar a sociedade, através da instrução profissional e secundária, cuja responsabilidade deveria estar nas mãos do Estado. Sobre este problema, são significativas as observações feitas por Honório e publicadas em editorial de 15 de agosto de 1909, intitulado “*em prol da instrução*”, o qual transcrevemos na íntegra:

“Nada mais difícil no centro do trabalho pela causa do progresso e da educação: todos os obstáculos surgem a cada hora para amalharem aos melhores esforços empregados nessa esfera de sacrifícios e abnegação. Passa-se justamente o contrario do que devia dar-se onde fallecem recursos para aquisição da instrução secundaria ou profissional: a má vontade de um e a indiferença de muitos cercam a iniciativa particular taes dificuldades, que realmente é preciso excepcional heroismo para vencel-os e para levar avante qual quer tantamen ecducativo. Quando em outros paizes até humilde filho do povo,

⁷⁷ De acordo com as análises de Durkheim, a consciência coletiva, originária do processo educativo, seria capaz de despertar uma solidariedade nascida da semelhança (solidariedade mecânica). O homem, enquanto ser social, perderia sua individualidade tornando-se “cidadão da Pátria”, se constituindo em um ser coletivo (solidariedade orgânica). Por outro lado, esta coesão social só seria profícua e permanente se se levasse em consideração o aspecto da educação. Neste caso, Durkheim parte do princípio de que os indivíduos diferem uns dos outros, pois cada um tem uma personalidade particular, aptidões diferentes e, por conseqüência, exercem atividades também diferentes, cabendo à educação assegurar a persistência desta diversidade necessária, diferenciando-se ela própria e permitindo as especializações. A solidariedade que advém desse segundo aspecto da educação, tendo como base o trabalho diferenciado e especializado.

filho do operario, procura á custa de ingentes sacrificios, receber a instrucção fundamental em escolas complementares, mesmo em garantia do modesto officio que vai exercitar, - no Brazil Republicano ainda se considera como objeto de luxo a instrucção, desde que esta passe do ensino elementar da aula primaria, onde aliàs a maioria dos que a frequentam nem se quer terminam o curso regulamentar. Nestas condições, como esperar o progresso, se o progresso de um povo depende antes de tudo, do amor a instrucção? E' o mesmo que pretender colher o fruto de uma arvore, sem dispensar-lhe o necessario cuidado para a sua florescencia e vitalidade. Enquanto a ignorancia for uma instuição na sociedade, o progresso há de ser tambem uma ilusão no espirito do povo. E' devèras extraordinario o nosso atrazo em materia de instrucção, mesmo elementar. Basta considerar que Minas, este colosso de cerca de 5 milhoes de habitantes dá por anno promptos nos cursos primarios poucas centenas de alumnos mesmo depois da brilhante reforma Carvalho Britto; porque, como acima fizemos sentir, a maioria dos alumnos que frequentam as escolas não completam o curso regulamentar, fato esse que se verifica em quasi todas as localidades, já não dizemos só do Estado de minas, em quasi todas as povoações do Brazil. Os pais retiram os filhos da escola, apenas estes sabem ler e escrever mal, sem se importarem com a incompleta aprendizagem delles no ponto em que os retiram do ensino escolar, não poucas vezes queixando-se injustamente dos pobres professores primarios. Muito mais desprezados ainda é a instrucção secundaria no interior; um estabelecimento qualquer, seja particular, seja official, só se mantem á custa de nauditos esforços dos poucos que se interessam por elle. Para que, pois,

falar em progresso, quando olhamos com tamanha indiferença para primeira e mais sólida base do progresso social? E' inutil. Não, precisamos reagir; é necessario diffundir a instrucção pelas camadas populares, custe, o que custar, até mesmo porque ella é a base fundamental dos regimens democráticos.”⁷⁸

Portanto, a tarefa da escola, segundo Honório Guimarães era função do Estado. Na sociedade republicana, todos os atos privados, mesmo indiretamente, possuíam uma ressonância social, sendo que essa, na medida de sua extensão, provocava consequências sobre o corpo social. A fim de evitar o prejuízo a muitos em função de poucos, essa ressonância social, para que fosse publicamente benéfica, deveria ser governada por quem estivesse acima dos interesses particulares, sendo esta a missão precípua do Estado Republicano.

Sendo a educação produtora de importantes transformações para o conjunto da sociedade, justifica-se sua categorização de coisa pública. Percebe-se, então, uma filiação de Honório Guimarães ao pensamento de Émile Durkheim, haja vista a crença de ambos no progresso social, ficando isto evidenciado no momento em que eles expressavam suas preocupações para com o exercício da cidadania, pois esta dar-se-ia pela educação, cujo objetivo era fornecer à sociedade os elementos primordiais de acesso ao conhecimento.

À educação estava reservada a responsabilidade da formação profissional do indivíduo, tornando-o apto para que ele viesse a atuar no sentido de promover o

⁷⁸ Honório GUIMARÃES. *O Progresso*. “Em prol da instrucção”, Uberabinha, Anno II, Num. 99, de 15 de

progresso dessa mesma sociedade, tanto material quanto moral. Por isso, a convicção de Durkheim e também de Honório Guimarães é de que o conhecimento era a forma de minimizar as desigualdades reinantes entre os homens.

Assim, ao proporem educação para todos, estavam colocando ao alcance da sociedade o veículo de acesso ao exercício consciente de civilidade, o que implicava numa série de direitos e deveres. Estavam, pois, delegando à educação a função de fornecer os elementos necessários para o estabelecimento de uma sociedade que estivesse amalgamada pelo binômio liberdade-igualdade. Com relação a estes aspectos de civilidade, José Veríssimo acrescenta ainda que:

“Não ha paiz civilizado, não ha nação livre, não ha cultura, não ha republica - sinão quando ha um povo que tem a consciência da sua força, dos seus deveres e dos seus direitos, em summa, que possui isso que o romano chamou civismo, e que nas nossas sociedades modernas chamamos espirito publico.”⁷⁹

Enfim, a educação é vista, por Honório Guimarães, como sendo o veículo integrador das gerações às novas condições de um mundo em metamorfose. Ela deveria organizar-se como instrumento de adaptação às novas situações de um meio social essencialmente dinâmico. Nesse sentido, a educação era tão imprescindível que do seu sucesso ou não, dependia o crescimento ou o perecimento da civilização.

agosto de 1909, p.01.

⁷⁹ José VERÍSSIMO.op. cit, pp.204-205.

Por isso, o Estado republicano deveria rever os meios e os fins da educação, para reciclá-los às novas circunstâncias.

3.3 O papel do ensino religioso diante das idéias de Honório Guimarães

Finalizando este capítulo, gostaríamos de fazer algumas considerações a respeito do pensamento de Honório Guimarães, em relação ao papel da Igreja Católica, perante a laicização do ensino promovida pelo Estado Republicano⁸⁰, pois houve um crescente distanciamento entre Igreja e Estado, o que produziu o arrefecimento do poder político religioso e a tendente secularização dos vários setores de poder, principalmente pela disseminação de idéias positivistas (já comentadas por nós no item anterior), que tiveram bastante força no país neste período. Exemplo inquestionável dessa influência é o dístico perpetuado na bandeira

⁸⁰ Com a queda do Império em 1889 e a conseqüente promulgação da primeira Constituição Republicana em 1891 o ensino perdeu, pelo menos no âmbito legal, o seu caráter confessional, ficando o mesmo laicizado. Apesar dessa situação, o papel e a importância da Igreja Católica na educação brasileira, durante a Primeira Republica, são suficientemente conhecidos, merecendo apenas ser assinalado o fato de que houve dois momentos distintos de ação da Igreja no campo educacional: o primeiro corresponde ao período de dominância do positivismo no âmbito educacional e, conseqüentemente, o enfraquecimento da posição da Igreja a partir da sua desvinculação do Estado na Constituição republicana, conforme afirmamos anteriormente. O segundo período está delimitado a partir dos anos 20, quando a Igreja se estabelece como instituição independente e influente, depois de conquistar intelectuais ilustres (exemplo disso são os posicionamentos Jackson de Figueiredo, num primeiro momento, e Alceu de Amoroso Lima, posteriormente) para seus quadros, se reorganizando no sentido de difundir a fé católica e solidificar a sua influência sobre a sociedade e o Estado. A respeito da ascensão da Igreja na esfera política e do confronto ideológico que ela manteve com os pensadores liberais ver: Alcir LENHARO. **Sacralização da Política**. Campinas: Papirus, 1986; Carlos R. Jamil CURY. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez, 1984.

republicana: “*Ordem e Progresso*”. Sobre a não presença da Igreja Católica⁸¹ em assuntos educacionais e, realçando, o quanto seria importante o ensino ficar sob a tutela e administração do Estado Republicano, Honório Guimarães escreve em 04 de fevereiro de 1911 um artigo contundente contra a presença do ensino religioso em instituições escolares, debatendo a respeito deste assunto com o participante José Polycarpo de Figueiredo, no Congresso dos Professores realizado em Belo Horizonte. Na ocasião Honório afirmou o seguinte:

“O amor humano em toda a valiosa significação do seu fim, eu obedeço; Pátria é o ideal dos meus encantos; a vida é um mar de tormentas a moral, a as moral, na pátria dos deveres civicos para com a patria e a familia, eis o Dogma que traz-me alento nas luctas titânicas de todos os dias em que o forte tende a abater o fraco; mas onde há de surgir o fraco e o opprimido hoje, como o grande e forte amanhã, piedosamente, d’ essa piedade proprias das bellas consciencias. Disse meu nobre confrade, que não se comprehende boa moral sem o christianismo. Pois, nesse amigo, a moral Cristã foi pregada , mas não e praticada. Há quasi dois mil annos, que o filho de Nazareth veio ao mundo trazer o reino dos ceos. Toleremos o martyrio do golgotha. Sucumbiu ao sacrificio por amor dos homens. Quasi vinte seculos já se foram, as geracoes se succederam e, ainda, hoje, se o meigo Nazareno vier ao mundo , serão capazes de pregal-o na cruz outra vez . Elle pregou o direito christao em Deus, pela piedade, pelo perdão.

⁸¹ Com relação a não interferência da Igreja Católica em assuntos educacionais, Maria Helena Capelato afirma que: “Os liberais reformadores reivindicavam a liberdade de pensamento nas escolas, ou melhor dizendo, a não introdução do ensino religioso. Assim como a mentalidade moderna se configuravam como laica e fundamentada na razão, o combate à mentalidade tradicional adquiria maior significado quando se opunha ao domínio religioso.” Maria Helena CAPELATO, op cit, p.153.

Morreu por este ideal. O povo preferiu Barrabas e o fez condenarem. Pois bem, impera hoje alei christa nos julgamentos sociais? Christo apanhou numa e deu a outra para baterem; o nobre collega si se vir nesta contingencia, praticará a legitima defeza, não? E' ainda, caro confrade, o Direito Romano, o direito da desaffronta, o direito da desforra nos limites da equidade. Nas Academias ensinam isto; e o moço bacharel não recorrerá aos mandamentos do Messias para instruir petições e fazer julgamentos. Isto de Christianismo, brahamanismo, budhismo, e seitas várias, não justificam os seus argumentos de hontem. Sob as bandeiras da crença anti-deistas e anti-christãs, muitos desastres tem se realizado, é certo: mas sobre o labaro do Christianismo tambem Ignacio de Loyola corrompeu muitas gerações e successivos desastres tem se originado em toda a parte do mundo. E é por isto que surge a repulsa na concretização de Bailli, Sicyes, Desmôulius, nessa grandiosa revolução da frança que devemos commemorar particularmente entre os feriados nacionaes; essa revolução que teve o seu percurso a 30 e tantos annos pela unificação da Itália, obra meritória dos Cotorni, Victor Manuel, Garibaldi; echos de ressurreição ouvidos ainda em Portugal, a gloriosa luzitania na península Ibérica, hoje livre como nós, hoje república, e que tambem hoje ordena o ensino leigo como o Brasil, a terra das liberdades; O Brasil, a republica brasileira, que recebe impostos do catholico, do protestante, do espírita, do atheu, do positivista, e mantem o ensino publico com o respeito a liberdade de cada um, nacional , ou estrangeiro, que aqui vive a liberdade, a igualdade e a fraternidade, sob o lemma sublime e santo de Ordem e Progresso.”⁸²

⁸² Honório GUIMARÃES. **O Progresso**. “O discurso com que Honório Guimarães, secretario e membro da comissão do Congresso dos professores, reunidos em Belo Horizonte, refutava os argumentos do congressista

Deste modo, a educação era concebida, por Honório Guimarães, como sendo tomada pelo "ar livre" do pensamento moderno e volta-se para as novas realidades sociais, ancorada nos pressupostos científicos e filosóficos. Neste sentido, a formação de quadros profissionais tornou-se tão necessária quanto a remodelação da escola, incapaz de atender, no seu estilo tradicional, à demanda de funções e às exigências impostas pela sociedade moderna. Por isso, a nova educação reagia categórica e intencionalmente contra a velha estrutura educacional, patrocinada pela Igreja Católica, cujas bases sociais se assentavam em concepções já vencidas. A nova educação propunha meios necessários e possíveis para obter novos resultados.

Assim sendo, a reforma da escola implicava na superação de antigos dogmas propugnados e perpetuados pela Igreja Católica. Tal concepção de ensino era de pouca valia para um país que exigia do homem ser a força propulsora e promotora da riqueza nacional, bem como o principal baluarte da ordem e do progresso, visto que a recondução do país à trilha desse mesmo progresso pressupunha um esforço pedagógico e, acima de tudo, a consolidação das transformações políticas trazidas com o advento de uma República laica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos e editoriais do professor Honório Guimarães demonstravam que o seu pensamento fundamentava-se na idéia da quase imutabilidade das leis sociais. A realidade social não sofreria mudanças substanciais, apenas evoluiria naturalmente. Se tudo estivesse harmoniosamente organizado, caberia ao indivíduo, tão somente, adequar-se ao meio social. Essa concepção de sociedade, permite excluir da discussão desenvolvida por Honório, praticamente todos os aspectos conflitantes do contexto da época.

A educação foi considerada um fator de promoção social. Sua função era o enquadramento dos indivíduos à vida social, considerando-os como seres individualizados, desvinculados dos grupos sociais a que pertenciam. Assim, o fracasso ou o sucesso de cada um dependia dele mesmo, de suas tendências inatas. Todos tinham acesso às mesmas condições educacionais, e só não obtinham sucesso quem não respeitasse as suas inclinações naturais.

Sua fala vinha de encontro ao interesse de se organizar a cidade de Uberabinha, dentro da proposta positivista de civilidade, já que a sociedade evoluiria naturalmente, a cidade deveria acompanhar essa evolução, conformando-se às novas condições sociais, fruto do crescente processo de urbanização que ocorria no país. E para institucionalizar esse ajustamento, foi utilizado como instrumento, a educação.

A imprensa contribuiu para a propagação daquela idéia educacional, que vinha de encontro aos anseios dos setores republicanos locais. Nos jornais de Uberabinha, do período analisado, havia um forte apelo para a

criação de escolas, porque seria através da instrução, que a cidade atingiria o mais alto patamar de progresso e civilidade. As prefeituras da região recebiam grandes e entusiásticos elogios, quando promoviam a criação de um grupo escolar, fosse na zona urbana ou na zona rural. Além das reivindicações relativas à criação de escolas, também havia a defesa de uma determinada visão educativa. Esta educação deveria propiciar o ajustamento social do indivíduo. Para tanto, retirava-se a ação do sujeito, ao considerá-lo como sendo um conjunto de tendências e aptidões inatas, que deveriam ser orientadas para o convívio social harmonioso.

Para que as concepções educativas se cristalizassem no contexto social, era preciso, sua propagação. Nesse sentido, os meios de comunicação se constituíam em importantes difusores dessas idéias, por serem eles o principal meio de divulgação desse pensamento. Era preciso, então, formar uma opinião pública favorável a essa concepção social. Os artigos do professor Honório Guimarães contribuíram para que houvesse essa propagação, ao apresentar, esse paradigma educacional considerado por ele o mais adequado à sociedade. Seu pensamento ia de encontro ao dos setores dominantes, que visavam adequar, através da educação, a população local à nova realidade brasileira. Foi através desse modelo, que a Uberabinha do período republicano participou, com seu desenvolvimento material e intelectual, do caminho que estava reservado ao Brasil: o da ordem e do progresso.

Finalizando, podemos dizer que os jornais se constituem em fontes de pesquisa extremamente ricas para a História, permitindo a obtenção de uma abordagem, em relação ao objeto de análise, sob os mais diferentes ângulos. Isto foi percebido por nós durante o desenvolvimento desta pesquisa, quando conseguimos identificar uma íntima aproximação entre educação e imprensa, no momento em que o professor Honório Guimarães expressava as suas idéias no tocante ao problema educacional do período republicano, na sua intenção de instaurar, ou melhor, de consolidar aqui as idéias que já vinham ganhando realce nos grandes centros urbanos do país.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

O PROGRESSO, “O Discurso” Uberabinha -MG, anno I, nº 24, de 1 de março de 1908.

O PROGRESSO, “Escolas publicas, instrução em Uberabinha”, Uberabinha-MG, anno IV, nº 162, de 19 de novembro de 1910.

O PROGRESSO, “Discurso com que Honorio Guimaraes, secretario e membro da Commissao de Bases do Congresso do professores reunido pela Segunda vez em Belo Horizonte refutava os argumentos do congressista José Polycarpo de Figueiredo, sobre o ensino religioso nos escolas.” Uberabinha-MG, anno IV, nº 172 de 28 de janeiro de 1911.

O PROGRESSO, “Discurso com que Honorio Guimarães, secretario e membro da comissao do Congresso dos professores, reunidos em Belo Horizonte, refutava os argumentos do congressista José Polycarpo de Figueiredo, sobre o ensino nas escolas, conclusão”. Uberabinha -MG, anno IV, n.º 173, de 04 de fevereiro de 1911.

O PROGRESSO, “Em dias do mez passado” Uberabinha - MG, anno III, nº 130, de 10 de abril de 1910.

O PROGRESSO, “Discurso com que Honório Guimarães, secretario e membro da comissão de Bases do Congresso dos professores reunidos em Belo Horizonte, refutava os argumentos do congressista Josée Polycarpo de Fegueiredo sobre o ensino religioso nas escolas” Uberabinha - MG, ano IV, nº 171, de 21 de janeiro de 1911.

O PROGRESSO, “A Reforma do Ensino”, Uberabinha - MG, anno IV, nº 183, de 15 de abril de 1911.

O PROGRESSO, “Grupo Escolar”, Uberabinha - MG, anno IV, nº 197, de 22 julho de 1911.

O PROGRESSO, “Escola Normal”, Uberabinha - MG, anno V, nº 246, de 6 junho de 1922.

O PROGRESSO, “Benefícios Locaes”, Uberabinha - MG, anno IV, nº 260, de 12 outubro de 1912.

O PROGRESSO, “O Grupo Escolar”, Uberabinha - MG, anno IV, nº 262, de 26 outubro de 1912.

A ESCOLA, “A Reforma do Ensino”, Belo Horizonte - MG, anno IX, nº 6-7, janeiro 1921.

DA TRIBUNA DA FRANCA, “A Escola”, Uberabinha - MG, anno IX, nº 4-5, de 12 de setembro de 1920.

A TRIBUNA, “Para o Futuro” Uberabinha - MG, anno I, nº 22, de 8 de fevereiro de 1920.

O PROGRESSO, “Grupo Escolar”, Uberabinha - MG, anno II, Num. 57, de 19 de outubro de 1908.

O PROGRESSO, “Collegio Bandeira”, Uberabinha - MG, anno II, nº 64, de 06 de dezembro de 1908.

O PROGRESSO, “A obrigatoriedade do Ensino” Uberabinha - MG, anno II, n.º 77, de 14 de março de 1909.

O PROGRESSO, “O Grupo de Araguay”, Uberabinha, MG, anno II, n.º 68, de 10 de janeiro de 1909.

O PROGRESSO, “Carta Aberta”, Uberabinha - MG anno II, n.º 68, de 10 de janeiro de 1909.

O PROGRESSO, “Instrução Pública”, Uberabinha - MG, anno II, n.º 72 de 7 de fevereiro de 1909.

O PROGRESSO, “Instrução”, Uberabinha - MG, anno II, Num. 89, de 06 de junho de 1909.

O PROGRESSO, “Instrução”, Uberabinha - MG, anno II, n.º 98, de 08 de agosto de 1909.

O PROGRESSO, “Em prol da Instrução”, Uberabinha, anno II, n.º 99, de 15 de agosto de 1909.

O PROGRESSO, “Instrução em Uberabinha”, Uberabinha - MG, anno IV, n.º 162, de 19 de novembro de 1910.

O PROGRESSO, “Gymnasio Diocesano”, Uberabinha - MG, anno IV, n.º 177 de 04 de março de 1911.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AMADO, Tina; FÁVERO, Osmar & GARCIA, Walter. “Para uma avaliação dos periódicos brasileiros de Educação”. In: ANPED. **Avaliação e perspectivas na área de Educação: 1982-1991**. Porto Alegre: 1993.
- AMARAL, Luiz. **Jornalismo: Matéria de Primeira Página**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: UFC, 1982.
- ARAUJO, José Carlos S. et alii. "Notícia Sobre a Pesquisa de Fontes Histórico-Educacionais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba". **Educação e Filosofia**, Universidade Federal de Uberlândia, 10 (19): 115-127, jan/jun 1996.
- ARAUJO, José Carlos S. et alii. “História e Memória Educacional: Gênese e Consolidação do Ensino Escolar no Triângulo Mineiro”. **História da Educação**, Pelotas (RS), 1 (2): 5-28, set 1997.
- AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1961.
- AZEVEDO, Fernando. **A Transmissão da Cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O problema da imprensa**. Rio de Janeiro, Álvaro Pinto Editor (Anuario do Brasil), 1923.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**. São Paulo: Edições L. B., 1962.
- BASTOS, Maria Helena Camara. Apêndice- “A Imprensa Periódica Educacional no Brasil: de 1808 a 1944”. In: Educação em Revista. **A imprensa Periódica e a**

- História da Educação.** São Paulo: Escrituras, 1997.
- BEIGUELMAN, Paula. **Pequenos Estudos de Ciência da Política.** São Paulo: Pioneira, 1968. (Vol. 2).
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo.** Rio de Janeiro, 1960, Agir Editora.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** 3 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil.** 17 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1984. (Prefácio de Antônio Cândido).
- BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. **Industrialização e educação: a Escola Profissional de São Carlos, 1932-1971.** São Carlos: UFSCar, 1996 (mimeo).
- BUFFA, Ester e NOSELLA, Paolo. **Schola Mater: A Antiga Escola Normal - 1911-1933.** São Carlos: EDUFSCar, 1996.
- BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas.** São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CAPELATO Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena R. & PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino (Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”).** São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Dos governos Militares ao Presidente Campos Sales.” In: FAUSTO, Boris (direção). **História da Civilização Brasileira.** “O Brasil Republicano.” “Estrutura de poder e Economia.” (1889-1930) 4ª ed., São Paulo: Difel, 1984, pp.13-50. (Tomo III, Vol. 1).
- CARONE, Edgar. **A Primeira República (1889-1930),** 3ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. “Barbacena: a família, a política e uma hipótese.” **Revista Brasileira de Estudos Políticos.** n.º 20, Belo horizonte, UFMG, jan., 1966, pp. 125-193.

- CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Marta M. Chagas de. “Educação e Política nos Anos 20: A desilusão com a República e o entusiasmo pela educação”. In: DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Vilma Peres da (Org.). **A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Unesp, 1997.
- CARVALHO, Marta M. Chagas de. **A Escola e a República**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.
- CASTRO, Maria Céres P. S. et alii. **Folhas do Tempo: Imprensa e Cotidiano em Belo Horizonte, 1895-1926**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- CATANI, Denice Barbara & BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.
- CATANI, Denice Barbara. “A imprensa Periódica Educacional: As Revistas de Ensino e o Estudo do Campo Educacional”. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, MG, 10 (20): 115-130, jul/dez 1996.
- CATANI, Denice Barbara. **Educadores à Meia-Luz: Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo - 1902-1919**. São Paulo, FEUSP, 1989 (tese de doutorado).
- CHIARA, Vilma. **O que é poder: uma visão antropológica**. 1992. (mimeo).
- CONTIER, Arnaldo D. **Imprensa e ideologia em São Paulo: 1822-1842**. Petrópolis, Vozes, 1979.
- COSTA, Cruz. **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

- COSTA, Emília V. da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. 4 ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CUNHA, Luiz Antônio. Universidade Temporã. São Paulo: Ed. Loyola, 1982.
- DA COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- DANTON, Jobim. **Espírito do Jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria São José 1960.
- DIAS, F. C. “A Renovação da Escola Pública: Idéias e Práticas de Firmino Costa.” **Prêmio Grandes Educadores: Monografias Premiadas – 1985**. Brasília: INEP, 1986.
- DINES, Alberto. **O Papel do Jornal**. São Paulo: Summus, 1986.
- FENELON Déa. “Pesquisa em história: perspectivas e abordagens”. In: **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987,
- FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.
- FOLHA de, S. Paulo. **Primeira página**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1985.
- FRANCO, Barroso. “A Primeira Década Republicana.” In: **ABREU, Marcelo de Paiva. A Ordem do Progresso. Cem Anos de política Econômica (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- FRANCO, Barroso. **Reforma monetária e Instabilidade Durante a Transição republicana**. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Institutos de estudos Brasileiros, 1969.
- GNACARINI, José. “A economia do açúcar. Processo de trabalho e processo de acumulação.” In: FAUSTO, Boris. **O Brasil republicano**.
- GOMES, **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1985, pp.309-344. (Tomo III, Vol. 1).

- GOMES, Ângela de Castro & FERREIRA, Marieta de M. "Primeira República: um balanço historiográfico". **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: n.º 4, Vol. 2, 1989, pp.244-280.
- GOMES, Eduardo R. "Campo contra cidade: o ruralismo e crise oligárquica no pensamento político brasileiro,1910-1935." **RBEP**, n.º 19, pp. 49-96.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau & LOBATO, Henrique Carvalho. "Modernização da Agricultura e Imprensa: Uberlândia, MG, 1966-1971". **Anais**, Vol. 1, III Congresso Brasileiro de História Econômica, Niterói, ABPHE/UFF, outubro de 1996.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau, et alii. "Educação e Imprensa: Análise de Jornais de Uberlândia, MG, nas Primeiras Décadas do Século XX." **Revista de Educação Pública**, 1997, Cuiabá, nº.6.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau, et alii. "Levantamento e Catalogação de Fontes Primárias e Secundárias para o Estudo da História da Educação Brasileira e do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba". **RBEP - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, 76 (182/183): 351-54, jan/ago 1995.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Difel, 1989,
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. "O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova." In: **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- HOBSBAWM, E. J. **A Era dos Extremos: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- IGLÉSIAS, Francisco. "Periodizações da História de Minas". **Revista de Estudos Políticos**. UFMG, n.º 29, jul., 1970, pp. 181-194.

- JANOTTI, Maria de Lourdes. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. 8 ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. **Os Subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- JOSÉ, Emiliano. **Imprensa e poder: ligações perigosas**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- KUGUELMAS, Eduardo. "A Primeira República no Período de 1891 a 1909." IN: BEIGUELMAN, Paula. **Pequenos Estudos de Ciência Política**. São Paulo: Pioneira, 1968.
- LAFER, Celso. "O Significado de República." **Estudos Históricos**, n.º 4, Vol. 2, 1989, pp. 214-224.
- LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um Pensamento Político Autoritário." IN: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano – História Geral da Civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1977, Vol. 2.
- LAPA, J. R. A. **A Economia Cafeeira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LE GOFF, Jaques. "A História Nova: Prefácio à Nova Edição". In: Jacques LE GOFF (org.), **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- LEÃO, Carneiro. "A situação do professor Brasileiro". In: **A Educação**. Rio de Janeiro: set, 1992.
- LEÃO, Carneiro. **O Brasil e a educação popular**. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1917.
- LEITE, Dante Moreira. **O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia**. 4ª. ed., São Paulo: Pioneira, 1983.
- LESSA, R. **A Invenção republicana**. São Paulo: Vértice, 1987.
- LIMA SOBRINHO, BARBOSA. **O Problema da Imprensa**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1967.
- LUSTOSA, Elcias. **O texto da notícia**. Brasília, UnB, 1996.
- MAGALHÃES, Justino. "Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: **Práticas Educativas, Culturas Escolares**,

- Profissão Docente.** (Org.) DE SOUZA, Cynthia Pereira e CATANI, Denice Barbara. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.
- MARAM, S. L. **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento operário Brasileiro: 1890-1920.** Rio de janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra.** 3^a. ed., São Paulo: Hucitec, 1986.
- MATTOS, Ilmar R. de. “Do império a República” **Estudos Históricos: República.** Rio de Janeiro, n.º 4, Vol. 2, 1989, pp. 163-171.
- MAYER, A. J. **A Força da Tradição: A Persistência do Antigo Regime.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- MEDEIROS, Jarbas. **Ideologia Autoritária no Brasil 1930-1945.** Rio de Janeiro: FGV, 1978.
- MELLO, M. A. da S. e VOGEL, A. “Monarquia Contra a República: a ideologia da terra e o paradigma do milênio na ‘guerra santa’ do Contestado.” **Estudos Históricos,** Rio de janeiro, Vol. 4, 1989, pp.190-213.
- MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- MERCADANTE, Paulo. **A Consciência conservadora no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- MESQUIDA, Peri. **Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil.** Juiz de Fora: EDUFJF/São Bernardo do Campo Editeo, 1994.
- MICELLI, S. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945).** São Paulo: Difel, 1979.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República.** Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo do Império.** Belo Horizonte; Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1959.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU,

- 1974.
- NÓVOA, António “A Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português”. In: **Educação em Revista - A Imprensa Periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.
- NÓVOA, António “Inovações e História da Educação”. **Teoria e Educação**. Nº 6, 1992.
- PAIVA, Vanilda Pereira **Educação Popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1983.
- PEIXOTO, Anamaria Casassanta. **Educação no Brasil: anos 20**. São Paulo: Loyola, 1983.
- QUEIROZ, Suely R. R. de. **Os Radicais da República**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 1982.
- RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história no Brasil**. São Paulo, Nacional, 1969.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.
- SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SAES, Décio. **A formação do Estado Burguês no Brasil: 1888-891**. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1985.
- SAES, Décio. **Classe Média e Política na Primeira República Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SANTOS, W. G. dos. **Ordem Burguesa e liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SAVIANI, Dermeval. et alli. **História e História da Educação: O Debate teórico-Metodológico Atual**. Campinas: Autores Associados, 1998.
- SAVIANI, Dermeval. “A Filosofia da Educação no Brasil e sua veiculação pela RBEP”. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, 65(150):273-

290, mai/ago 1984.

SCHWARTZMAN, S. “Representação e Cooptação Política no Brasil”. **Dados**, n.º 7, 1970, pp. 9-40.

SEVCENKO, Nicolau **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, Hélio. **1889: A República não esperou o amanhecer**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, José Luiz W. “O 15 de novembro e a imprensa de Paris”. **Ciência hoje**, n.º 59, nov., 1989.

SILVEIRA, Rosa M. G. **Republicanismo e Federalismo: um estudo da implantação da República (1889-1902)**. Brasília: Senado FEDERAL, 1978.

SINGER, Paul. “O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional (1889-1930)”
IN: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano - História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1977. (Vol. 2).

SOARES, Eduardo Luiz. “República: Evocação da Origem, Reconstrução do Princípio. Comentário sobre o significado de República, de Celso Lafer.” **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.º 4, Vol. 2, pp. 225-231.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. “O Processo Político-Partidário na Primeira República”. In: MOTA, Carlos G. **Brasil em Perspectiva**. 14 ed., São Paulo: Difel, 1984. (Vol. 4).

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.

SUZUKI JÚNIOR, Matinas. “A Maquiagem do Mundo”. In: **Primeira Página**. São

- Paulo: Folha de São Paulo, 1985.
- SUZUKI JÚNIOR, Matinas. “A imprensa como fonte para as ciências humanas”, **Estudos de Jornalismo Comparado**. São Paulo: Liv. Pioneira, 1976.
- SUSUKI JÚNIOR, Matinas. “Bibliografia Brasileira da Pesquisa em Comunicação”, In: **Comunicação Social: Teoria e Pesquisa**. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1973.
- TEIXEIRA, Eliene Marta. **Perspectivas históricas da educação**. São Paulo: Ática, 1986.
- TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central: História do Município de Uberlândia**, volume II.
- TOBIAS, José Antônio. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: IBRASA, 1986.
- TOPIK, Steven. **A Presença do Estado na economia Política do Brasil de (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 2 ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.
- VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: Populações Rurais do Centro-Sul**. 5 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- VIDAL, Diana Gonçalves & CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. “A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos”. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 73, nº 175,
- VIEIRA, Evaldo. “Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo”. **Educação e Sociedade**. São Paulo: Cortez. Ano IV set/1982.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. *et alli*. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1995.
- VEYNY, Paul. **O Inventário das Diferenças: História e Sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- WARDE, Mirian J. **Liberalismo e Educação**. São Paulo: PUC, 1984 (Tese de Doutorado).

WIRTH, John. “Minas e a Nação: um estudo de poder e dependência regional (1889-1937)” IN: FAUSTO, Boris (org.). **Brasil Republicano: Estado e Poder Econômico (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Tomo III, Vol. 1).

WIRTH, John. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WITTER, José Sebastião. **Partido político, Federalismo e República**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1984.

ANEXOS

Uberabinha, MG, *O Progresso* , anno I, nº 24, de 1 de março de 1908, p.01 Reportagem “*O Discursso*”.

Pronunciado pelo professor Honório Guimarães, á beira do tumulo do coronel Antonio Thomaz Ferreira de Resende na ocasião do enterro. Senhores! Deixemos á beira do tumulo o ultimo adeus ao dedicado cavalheiro que parte para as regiões d`além. E as lagrimas gottejadas no solo do seu sepulcro reguem os prestes que marcarão a eterna saudade. Choremos nós a perda irreparavel porque possamos e glorifiquemos a memoria do coronel Antonio Thomaz de Resende, o homem cuja tempera resistiu tenazmente aos embates da vida e soube vencel-os sendo vencido pela morte. Contemplemos no espelho de sua vida a immagem bendicta do homem de bem, do homem publico. Miremos a conceituosa tradição que cerca o seu venerando nome e aprendamos ahi as experiencias da lucta pela vida e pela humanidade. Prestigiemos esse próle grandioso de que tão bom amigo era chefe tão exemplar e admiremos melhor o reflexo vivo desse apostolo do bem que apenas trabalhou, sofreu e morreu, não tendo a vida lhe pago o muito que elle fez em pról della. Sociedade! Volve o lucto pesado ao leito dos prazeres porque perdeste quem não podes substituir. Homens como este elemento social de ordem superior, não se encontram facilmente e quem o perde deve chorar devéras a ti, a ti ó Pobreza infeliz que por cima dos andrajos vestiste o crépe da dor, chora também porque não terás mais quem

madrugue no teu leito pelos desgraças de ti e dos teus filhinhos e serão os teus gemidos e os vagidos febris dessas creancinhas innocentes, que glorificarão o nome, não ao Coronel Antonio Thomaz, mas o Boticario, esse peregrino anjo-bom que durante mais de trinta annos, em muita parte, andou cortando os males alheios, abafando suspiros dos ultimos infelizes, agasalhando victimas das necessidades. Chora, pobreza duas vezes infeliz pelas miserias e pelo capricho da sorte, o eu soluço respercutirá no infinito mal melodia do entoados hymnos que anjos outros da terra te entoam. Pae dos pobres, protector dos infelizes, homem de bem, exemplo chefe de familia e pobre cidadão, adeus! Que o teu nome fica dentro o nosso coração e viverás no pensamento de todos, dedicado amigo!

Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno II, Num. 57, de 19 de outubro de 1908, p.01. Editorial: “*Grupo Escolar*”

“Levanta-se no nosso meio a grande idéia do agrupamento das escolas locais. Os grupos escolares consoantes com o regulamento da instrução, organizado pelo illustre secretario do interior Dr. Carvalho Britto, estão destinados a produzir resultados compensadores de todos os sacrificios que se possam fazer com a sua installação. O estado de S. Paulo, que em materia de ensino leva a palma a todos os outros da união, há muito adoptou os grupos escolares em substituição as escolas isoladas e diariamente novos edificios se levantam destinados á creação de novos grupos, o que prova o bom resultado que se tem colhido neste estabelecimentos de ensino. Em Uberabinha onde existem para mais de quatrocentas creanças em idade escolar, é justo que se procure dar ao ensino a maior latitude possível, empregando o meio mais proveitoso, menos despendiso e que mais probabilidades de exito offereça. Ora está provado pelos bons resultados calhidos pelo estado de S. Paulo, que os grupos escolares, prhenchem todas as condições, acrescendo ainda a maior

facilidade de fiscalização por parte do governo. O magisterio primario que por tantos annos, tão descurado foi no nosso estado, encontrou agora no Dr. Carvalho Britto, um fervoroso defensor, que de animo resolutu e inquebrantável tenacidade, vai operando a sua reforma e levando a todos os recantos deste abençoado torrão, a sagrada luz da instrucção, verdadeiro pão do espírito, donde dimanará mais tarde a felicidade do povo mineiro. O Dr. Carvalho Britto, quando outros actos de sua proveitosa administração na pasta do interior, a não recomendarem à gratidão dos mineiros, seria bastante a refoam na importante ramo da instrucção publica primaria e a sua organização nos moldes em que não sendo talhada, para recommendal-o à gratidão dos reindouros, coberto das benções de milhares de creações que lhe deverão não serem contadas ainda no numero dos analphabetos. É preciso que o governo municipal de Uberabinha, unindo-se ao governo do estado, procure trazer para esta cidade, este grandioso melhoramento, que virá dar ao nosso desenvolvimento material, um impulso intellectual e civilizador, de maneira a preparar pelo ensino, os homens do futuro, tornando-os aptos a contribuir pelo seu saber e valor civico, para a felicidade da grande colectividade brasileira. Promova-se a criação de um grupo escolar nesta cidade e ter-se-á prestado ao municipio um dos mais importantes benefícios de palpitante necessidade.” (sic).

Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno II, n.º 64, de 06 de dezembro de 1908, p. 03. Editorial: “*Collegio Bandeira*”.

“Não é infelizmente mais segredo para ninguém que o esforçado educacionista sr. José Bandeira, fecha dentro de algumas horas acreditado estabelecimento de instrução primária e secundária que mantém desde abril até hoje nesta cidade. Lamentamos, de coração, profundamente, que o velho professor tenha tomado tal resolução. As razões que o levaram a isso devem ser fortes e por isso respeitadas. Temos porém a notícia que a meninada de Uberabinha, perdendo embora as sábias e proveitosas lições do professor Bandeira, não ficará por muito tempo sem um estabelecimento de ensino; sabemos que, num prédio novo, confortável, na parte alta da cidade, se

reabrirá o collegio em janeiro próximo e podemos avançar que é assás provavel que esse commettimento seja desta vez levado a effeito pelo nosso amigo e collaborador sr. José Avelino, de parceria com dois outros habilitados professores.” (sic).

Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno II, n.º 68, de 10 de janeiro de 1909, pp.1-2. Artigo: “*O Grupo de Araguay*”.

“Teem realmente despertado entre nós interesse as commemorações que a valente “imprensa livre”, de Juiz de Fora, acolhe em suas columnas sobre as recentes nomeações de professores para o grupo escolar a inaugurar-se na visinha cidade. A serem exactas as acusações é o caso de dizer-se que o esfoço grandioso do ilustre ex-secretario do dr. João Pinheiro foi em vão, como em vão há de ser a do actual. Enquanto a nomeação para o magistério

depender da exclusiva indicação do secretário politico situacionista, temos de observar reclamações como no caso do grupo de Araguay. Acho porem, que estas relamações devem ser bem fundamentadas. Não basta accusar; é indispensavel provar as allegações que affetam a personalidade de outrem. A critica deve ser severa e imparcial, justa e esclarecida. O informante do órgão do destemido jornalista sr. Olegario Pinto faz aos professores escolhidos pelo directorio politico e nomeados accusações de nos deixarem de queixos caídos. Porque? Então o dr. Estevam pinto, que habituamos a admirar pela rigidez se character, faz nomeações de professores bebedos e amigos?...Os jornalistas directores de periodicos devem por termo ao anonymato. Dir-se-me-ão que o plumitivo X. por exemplo escreveu a Fulano dos Anzóes é um batedor de carteiras e que para aproximar-se delle deve-se ter o palitòt abotoado; que beltrano é um gangolino e caften das proprias filhas. O cabello fica em pé deante de tanto horror; e ninguem se lembra de que tudo isso pode partir de um despeitado au de inimigos de máus bofes. Occultar-se quem fôr sob a capa de x.P. T. ou O. não é de cavalheiro. Compreende-se e justifica-se que o sr. Coelho Netto em seus artigos de collaboração ponha no final delles apenas um N; que sr. Azevedo Junior subescreva os seus commentarios au os seus bilhetes com a inicial maiuscula do seu cognome. Não merece discussão o escriptor que, deixando até muitas vezes o seu estylo enfezado, de uma monotonia de canção turca, numa linguagem sarcástica de truão, de barbas e nariz postiços, a outrem, que

sempre partilhou de viseira erguida as suas opiniões. Longe de mim procurar innocentar professores que não conheço, que nunca vi: mesmo porque o terrível censor não os descobriu ainda...Nesse caso o grupo escolar de Araguary não se sabe quem é o accusador, quaes as victimas do seu odio, au do amor a moralidade da instrucção: sabe-se apenas que está em foco por causa de nomeações que se dizem escandalosas um estabelecimento de ensino que vae receber creanças. Paraphraseando a José do Patrocinio pode-se escrever que numa creança que se instrue pode haver um tercetto do Dante au um periodo de Renan...Nunca; porem, se os encarregados de formar fôrem incorrigíveis bebedos ou devassos impudentes. Nós gritavamos até ficarmos roucos ainda hontem que a instrucção de minas estava “abaixo da critica” usando de mais de uma das favoritas, expressão do illustre industrial sr. Chico Firmino; que elle era uma vergonha para a altiva Patria de Cesario alvim; o que era composta, em sua maioria (excepções confirmam as regras!) de mariolas ignorantões e esponjas...Affirmamos que as nomeações eram feitas de perfeito accordo com a Santa Ignorancia e o Filhotismo. O governo insurgiu contra tamanha patifaria, desejoso de pôr um paradeiro a tantos males. Sacrificou mesmo tranquillidade e saude e metteu mãos a obra disposto a operar reformas radicaes. Desde a base o monstrengo estava carcomido pela ignorancia e pela incuria. Entrava-se numa escola publica de qualquer das principaes cidades mineiras e sai-se com as faces em fogo, envergonhadissimo. Um professor da minha cidade disse ao senhor Ernesto

Brandão achar muito difficil “o horario dos verbos”...O estrangeiro que nos visitava levava admiração pela *Vagareza* e um grande dó pôr tudo mais Já temos nestes ultimos annos conseguido alguma cousa; ha de raiar para nós o clarão luminoso que tornou S. Paulo invejado. Carvalho Britto administra ainda o que pode se bem dizia que interesses subalternos impedirão a execução dos seus planos de patriota. Impedir que a politicagem imponha candidatos a todos os cargos é aspiração de cerebro juvenil e vesanicos; não satisfazel-a, sempre que se torne necessario, um acto de benemerencia dos dulgentes energicos. Todas asvezes que os indicados por ella a postos de responsabilidade não estiverem a cavalheiro de tremeadas accusações, os homens honestos devem, subscrevendo, trazer para as columnas do seu jornal a prova e o nome delles...” (sic).

Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno II, n.º 68, de 10 de janeiro de 1909,

p. 01. Carta: “*Carta Aberta*”.

“Exmo. Snr. Dr. Wenceslau Braz – aproxima-se o dia em que as armas vão sagrar a escolha de vosso nome para desempenhar o mais alto posto da administração do Estado, no qual poréis em evidencia ainda uma vez os vossos preciosos dotes de cidadão e homem publico. Somos do numero dos que se bateram pela vossa candidatura antes mesmo de a Comissão Executiva, reunida em Convenção, proclamar o vosso nome a presidenciação. É pela sympathia que o nosso ardor de mineiro tem vos devotado, certamente vos autoriza um consentir-nos levar perante vós um pedido que julgareis o mais razoavel possível. Disseste na vossa plataforma que seguireis à risca o programma de larga política de desprendimento pessoal, patrioticamente emprehendido pelo dr. João Pinheiro. E reconheceste ter o dr. Carvalho Britto sido o braço forte do grande patricio na pratica de sua acção administrativa. Pois bem, o dr. Pinheiro deixou no sr. Julio Bueno, seguidor de sua política, do mesmo modo que dr. Carvalho Britto pode orgulhar-se em ter succedido condiggnamente o dr. Estevam Pinto. E facil, pois de ver se que o sr. Julio Bueno vae ter em vos o fiel successor e contimador de s. exa., como terá o sr. Estevam Pinto alguem que brilhantemente o succeda, mormente quando o coração do povo mineiro já se aninhou essa sacratissimo de bellos ideais implantados pelo immaculado serrano. Mas porque se succeder na pasta do interior a quem como esse moço illustre tem lhe

emprestado brilho tão inexecedível? Patriota sem ambição pessoal, grande na belissima aspiração do bem publico, personalidade eminentemente sympathica, cheio de predicados que bem recomendam as melhores posições, com um contingente de serviços valiosísimos prestados a causa da instrucção, deveis conservar na Secretaria do Interior o seu actual titular e com este acto satisfareis a uma palpitante harmonia de administração, pois o sr. Estevam pinto encontra-se já enfronhado nos negócios da pasta que se lhe refere e a que se dedica com louvavel ardor patriótico. Confiado assim no grande patriotismo que há vos tem caracterizado desde o inicio de vossa triumphante carreira politica e que por isso mesmo vos fizestes digno do sincerissimo apoio e confiança do povo mineiro, é de esperar-se que não trepidareis em praticar este acto, medida que tenho a confiança em adiantar fazer parte já dos que primeiramente ides tomar. Pelo mais continuareis a merecer a mesma solidariedade na população unanime desta gloriosa terra, terra de Minas. – Uberabinha Janeiro de 1909.” (sic)

Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno II, nº 72 de 7 de fevereiro de 1909.

Editorial: "*Instrução Pública*". p.01

“Já por vezes temos chamado pelas columnas do “O Progresso”, pela necessidade da criação de um grupo escolar nesta cidade e a matricula de alumnos nas escolas tanto estadoaes como municipaes, vejo justificar a razão de nosso dito e chamra [clamar] comnosco perante os poderes publicos do estado. E não é só a matrícula, mas o trande [grande] número de creanças que ficaram fóra dellas quem mais alto eleva sua vez , para reclamar contra o analphabetismo a que se veem condenados condemnados). Sabemos que a Camara Municipapal já interproz perante o governo a sua influencia, implorando as boas graças do Presidente do Estado e secretário do Interior, para que se torne exequivel esta medida de tão momentosa urgencia, sem grande onus para o Estado e Compativel com as finanças do municipio, obtendo esperançosas promessas de favoravel acceitação de sua proposta. Nós, porém, que já perdemos a fé em promessas e que temos visto ir por agua abaixo as mais consoladoras esperanças, não descansaremos enquanto não virmos passar do gabinete do ministro, para o terreno da execussão, a

grandiosa idéa da fundação do grupo escolar, que tantos beneficios nos pode trazer, com o preparo da futura geração. Para isto é preciso não só a criação do grupo, mas que o governo, observando o estatuto no regulamento da instrucção, e sem attender a pedidos ou a patronatos político, organiza-se o corpo docente com a nomeação de competentes para o exercício do magisterio, de forma a que os resultados correspondam à expectativa e aos sacrificios da Camara e do governo. Tanto melhores serão os resultados do ensino, quanto maior energia e escrupulo houver na escolhya do professorado. As contemplações e favoritismo nesse sentido, não são só prejudiciaes ao prezente, mas até criminosa para o futuro, por retardarem o desaparecimento do analphabetismo, em cujo combate, numa vez entrados, é preciso avançar com de modo e constancia para não incorrer no crime de lesa patria, quem mais sabe, é quem mais pode. A força está na instrucção. Estudemos.” (sic)

Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno II, n.º 77, de 14 de março de 1909, p.

01. Artigo: “A Obrigatoriedade do Ensino”.

“Minas procura resurgir pela escola, vai recebendo o impulsionamento que a administração dos últimos governos tem lhe facultado. A instrução tem se desenvolvido e aperfeiçoado, com um progresso rápido e yankee. Convém pois que o governo tome consideração o problema até agora esquecido – o de tornar obrigatório o ensino. Não será exclusivamente os membros do professorado quem convença o pai de família à necessidade desse bem. É preciso convencê-lo a convencer-se se não for possível, obrigá-lo a convencer-se. Muitas vezes a boa lógica deixa de existir para ter lugar o cumprimento de uma obrigação que a lei impõe. Cumpril-a é mais fácil do que pedir por favor. O Estado de S. Paulo, só tem a sua instrução como a

primeira do Brasil, deve-o a esta salutar disposição partida do engenho privilegiado do Cesario Mota, o saudoso reformador do ensino paulista. Uma lei benefica e razoavel deve satisfazer esta lacuna. O pae de familia nmo presente não é obrigado a educar o filho. Em São Paulo elle o é. E se não matricula o menino na escola publica, deve matricular-o em escola particular ou deve ensinal-o em sua propria casa, porque, no fim do anno, a autoridade escolar e professores encarregados da estatistica, terão de saber se o cidadão que tem sob sua responsabilidade o filho, tutelado ou protegido, promover meios de instruil-o; se não o fez, hade passar pelos tramites da lei. Para as penalidades, em faltas de tal natureza, estabelece a multa na infracção, sucsecivamente nas reincidencias, sendo este processo annunciado por editaes, etc., de fórma que o cidadão que negou ou dificultou a instrucção para a creança, fica exposto á vergonha e á reparação da falta Minas esqueceu este ponto de vista importante. Naturalmente, berço das liberdade nos Inconfidentes, expandiu-a demais. Collocou o professor na obrigação de pedir meninos á matricula e não estabeleceu a obrigação dos paes de fazel-o e uma obrigação só existe diante de outra obrigação. O ensino particular S. Paulo está methodisado pelo ensino publico, de maneira que o pae ou professor pode e deve no fim de cada anno apresentar a creança a exame nos estabelecimentos estadoaes, porque está instruido pelo methodo official. Em Minas, estes exames só podem ser feitos no anno final do curso mediante despacho favoravel da Secretaria do Interior, quando este processo poderia se

realizar na propria localidade, com a audiencia do inspector escolar que é o representante do governo. Se assim o fosse e se taes exames se realizassem quanto a qualquer dos annos do curso, ter-se-ia estabelecido facilidade á diffusão do ensino particular e a obrigação em que os seus professores teriam de ver-se adoptando o programma official, porque preparariam os meninos em exame publico, desta maneira garantindo o dispendio dos paes por verem seus filhos com attestados válidos de approvação. Visto o exposto, facilitar a adaptação do ensino publico, methodisalo por este estabelecer a obrigatoriedade do ensino em geral, são medidas que por certo já animam o pensamento do moço competente que dirige a pasta do Interior de Minas e que tem dado attestados de viva capacidade.” (sic).

Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno II, Num. 89, de 06 de junho de 1909.

Editorial; “Instrucção”. p.01

“Quando ouvimos falar na construcção de edificio para a instalação de um estabelecimento de instrucção secundaria, pareceu-nos extemporanea e irrealizavel a idéia, levantada pelo te-cel José Theophilo Carneiro e deixamos de tocar no assumpto, na duvida de ser acceita pela opinião publica. Hoje porem, que vai tomando incremento a realisação desta idea e

que vemos bem acceita e tornando-se quasi uma aspiração geral dos homens cujo devotamento á causa da instrucção não mede sacrificios, que dentro em pouco, veremos amontoar materiaes e iniciar-se o grande empreendimento. Ainda bem que o povo conhecedor da importancia de tão util estabelecimento. A desejoso de proporcionar a seus filhos um certo grau de instrucção, sem as fabulosas despezas e dificuldades de installação em longincuos collegios, vai acaraçoando e animando, os promotores da idea, não regateando os necessarios auxilios para ser em breve levada a effeito. A Camara Municipal composta de homens patriotas e que sabe aquilatar o valor de um estabelecimento desta ordem, não só já fez concessões no sentido de impulsionar e facilitar a construcção, como ainda garante o seu auxilio, para que Uberabinha possa tornar-se um centro de educação e instrucção, fazendo convergir para esta cidade a mocidade dos logares circunvisinhos. Continue o povo de Uberabinha, na senda recta do progresso, com a bôa vontade e patriotismo com que vae abrilhando e terá juz ser contado entre os logaresque mais uteis são a si e à patria, Avante!...” (sic).

Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno II, n.º 98, de 08 de agosto de 1909, p.01. Editorial: “*Instrucção*”.

“No desempenho das funcções de seu cargo, tem estado nesta cidade o intelligente professor sr. Alceu de Novaes, nomeado inspector technico de ensino nesta circunscripção, tendo visitado todas as escolas de ambos os

sexos, deixando em todos, alumnos e professores, a mais grata recordação de sua passagem, pelas maneiras delicadas e cativantes com que procura cumprir os deveres de seu espinhoso cargo, já dando aos professores minuciosas explicações sobre diversos pontos do novo methodo de ensino e regulamento escolar, já arguindo os alumnos sobre varias materias do curso das diversas classes, mostrou-se o professor Alceu Novaes de uma gentilezatal, de uma afabilidade e delicadeza tão cordeal, que as creanças, perdendo o natural acanhamento e quasi terror, que inspira nas escolas primarias a visita do inspetor, sem constrangimento respondiam as perguntas que lhes eram feitas, patenteando o seu adiantamento e mostrando que os professores de Uberabinha, são incansaveis e zelosos no cumprimento dos seus deveres. Isto no toca as escolas estadoes. As duas escolas municipaes, foram igualmente visitadas pelo digno inspetor, a pedido dos professores, arguiu alguns alumnos em ambos as escolas, mostrando-se satisfeitissimo e admirado do adiantamento que notou principalmente em Grammatica Portuguesa e Arithimetica, pelo que deu parabens aos velhos e experimentados professores, notando, porem, o abandono em que se acham as duas escolas municipaes, por parte dos poderes competentes. Achou as salas pequenas para a grande frequencia de alumnos, despidas completamente de mobilia, material techinoico, livros, etc. E' uma pura verdade. A Camara Municipal adoptou para regimem de suas escolas, novo methodo de ensino e regulamnto estadual, mas não cuidou em mobilial-as

convenientemente, fornecel-as de mappas, quadro-negro e outros utensilios escolares, constantes no regulamento e nem o proprio regulamento forneceu aos professores para a norma de seu procedimento, de maneira que os professores, na falta de instrucções sobre o regulamento adoptado, vão continuando a exercer o magisterio pelo antigo methodo de ensino. O Estado fornece aos seus professores, casa convenientemente mobiliada, utensilios , livros e um ordenado regular. Era pois de toda justiça que a Camara tendo adoptado o mesmo regulamento, estabelecesse igualdade de condições, equiparando os vencimentos e providenciando no sentido do fornecimento de casas apropriadas ao exercicio do magistério. Só nestas condições podem ser exigidas dos professores municipaes, a mesma assiduidade, diligencia e esforços, no cumprimento dos arduos deveres de mestres de primeiras letras, tendo de lutar com uma meninada desenfreada, sem educação e pauperrima, que nem livros os seus pais comprar, sendo preciso que os professores muitas vezes os forneçam, a meninos que se mostram mais dedicados ao estudo. Aos Srs. Camaristas, dedicamos estas linhas para as tomem na devida consideração.” (sic).

Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno II, n.º 99, de 15 de agosto de 1909, p. 01. Editorial: “*Em Prol da Instrução*”.

“Nada mais difficil no centro do trabalho pela causa do progresso e da educação: todos os obstaculos surgem a cada hora para amalharem ao melhores esforços empregados nessa esphera de sacrificios e abnegação. Passa-se justamente o contrario do que devia dar-se onde fallecem recursos para aquisição da instrucção secundaria ou profissional: a má vontade de um e a indiferença de muitos cercam a iniciativa particular taes dificuldades, que realmente é preciso excepcional heroismo para vencel-os e para levar avante qual quer tantamen ecducativo. Quando em outros paizes até humilde filho do povo, filho do operario, procura á custa de ingentes sacrificios, receber a instrucção fundamental em escolas complementares, mesmo em garantia do modesto officio que vai exercitar, - no Brazil Republicano ainda se considera como objeto de luxo a instrucção, desde que esta passe do ensino elementar da aula primaria, onde aliàs a maioria dos que a frequentam nem se quer terminam o curso regulamentar. Nestas condições, como esperar o progresso, se o progresso de um povo depende antes de tudo, do amor a instrucção? E’ o mesmo que pretender colher o fruto de uma arvore, sem dispensar-lhe o necessario cuidado para a sua florescencia e vitalidade. Enquanto a ignorancia for uma instuiçao na sociedade, o progresso há de ser tambem uma ilusão no espirito do povo. E’ devèras

extraordinario o nosso atrazo em materia de instrucção, mesmo elementar. Basta considerar que Minas, este colosso de cerca de 5 milhoes de habitantes dá por anno promptos nos cursos primarios poucas centenas de alumnos mesmo depois da brilhante reforma Carvalho Britto; porque, como acima fizemos sentir, a maioria dos alumnos que frequentam as escolas não completam o curso regulamentar, fato esse que se verifica em quasi todas as localidades, já não dizemos só do Estado de minas, em quasi todas as povoações do Brazil. Os pais retiram os filhos da escola, apenas estes sabem ler e escrever mal, sem se importarem com a incompleta aprendizagem delles no ponto em que os retiram do ensino escolar, não poucas vezes queixando-se injustamente dos pobres professores primarios. Muito mais desprezados ainda é a instrucção secundaria no interior; um estabelecimento qualquer, seja particular, seja official, só se mantem á custa de nauditos esforços dos poucos que se interessam por elle. Para que, pois, falar em progresso, quando olhamos com tamanha indiferença para primeirae mais solida base do progresso social? E' inutil. Não, precisamos reagir; é necessario diffundir a instrucção pelas camadas populares, custe, o que custar, até mesmo porque ella é a base fundamental dos regimens democráticos." (sic).

**Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno III, nº 130, de 10 de abril de 1910,
p.1 prof. Honorio Guimarães.**

“Em dias do mez passado, estando em Uberaba este moço regente da 1ª cadeira local e chegando ali por ocasião das eleições, boatos de que esta cidade estava em plena conflagração, resolveu não contimnuar no exercício de seu cargo entre nós, escrevendo isto ao secretario do interior que o removeu o pedido seu, para a cadeira de Monte Alegre, único logar que lhe poude ser destinado de momento. Chegando, porém, aqui e tendo verificado a calma à que retornámos após a retirada ala único motivador dos lamentaveis despropositos praticados pela policia, resolveu o Sr. Honório Guimarães, satisfazendo a aspiração do povo que o estima e o acata ao extremo contimar como perceptor em Uberabinha. A vista disto o Sr. Dr. Estevam Pinto declarou, também a seu pedido, um effeito o acato da remoção. Este facto vem mais uma vez provocar o alto conceito que tem o governo para com o professor Honório Guimarães, o que se classificamos de alta justiça. Neste momento de anniquilamento moral o que desceram os

nossos homens do poder, é de se louvar que haja numa administração ainda um espirito caridoso que se lembre de fazer justiça a um moço que, não sendo político nem arlequim de chefes se consagra à mais nobre e ingrata das profissões alcançando no magistério publico um admiravel destaque, e dos seus superiores os mais pomposos elogias. Estimando a permanencia aqui do dedicado e competente professore da 1ª cadeira, interpretamos o sentimento unanime da população uberabinhense que entrega ao jovens educador o futuro de seus caros meninos.” (sic)

Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno IV, nº 162, de 19 de novembro de 1910, p.01 Reportagem “*Escolas publicas, instrução em Uberabinha*”.

A primeira cadeira da escola publica desta cidade não tem só um professor que e o sr Honorio Guimarães. Ella tem um jovem applicado, activo e muito esforçado que exerce o magisterio apenas ha tres annos mas que é para a instrucção um dos bons auxiliares, um optimo auxiliar enfim.

Até parece que escrevemos estas linhas com um unico fito; o de lisongearmos o professorado a que estão entregues a educação e a instrucção de nossos vindouros, pois que, todas as vezes que a elle nos alludimos nada mais temos feito senão o elogiarmos, por essas columnas tão imparciaes quanto justiceiro o elogio a que nos não podemos furtar.

Honorio Guimarães, por exemplo, como já dissemos, não é apenas um professor commum.

Si por ventura lhe faltam traços de aptidões que em outros seus collegas sobram para o ensino primario, elle é o prototypo do iniciador progressista, dotado de um força de vontade férrea, conseguindo no meio em que vive trazer a sua escola caprichosamente bem mobiliada mais por seu esforço do que pela boa vontade do governo; de modo a deixar bem impressionada a vista de quem visita o templo do saber que é sacerdote.

Visitamos a sua escola em vespera de exames. É uma escola militarizada onde o visitante ao entrar é recebido por continencias; onde o professor é o general a quem o alumno só pôde falar com as pragmaticas militaristicas. Por exemplo: o professor argúi, o alumno perfila-se, distende o esquerdo e arqueando o braço direito faz continencia e responde ao professor. Desta maneira o sr. Honorio não prepara somente homens para a vida pratica, para a política, pura intectualidade brasileira, mas a pedra fundamental em cuja base eregir-se-á essa plastica futura onde hoverá uma particula do granito do amor pela classe que será sua guarda em todos os tempos. Mas o professor Honorio Guimarães, ainda que nos não levasse às suas officinas typograficas para nos mostrar o prélo onde é editado um jornalzinho a que denominou “A ESCOLA”, nem por isso deisará de receber por mais esse emprehendiemento, filho de seus esforços os nossos parabens. É quando o houvermos que mencionar como um dos funcionarios, como um dos bons professores, nunca lhe esqueceremos essa idéia que entre

todas as que tem sabido aventar para o engradecimento de sua escola é talvez a mais proveitosa.

Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno IV, n. ° 162, de 19 de novembro de 1910, p. 01. Editorial: “*Instrucção em Uberabinha – Escolas Publicas*”.

“A 1ª cadeira da escola publica desta cidade não tem só um professor que é o Sr. Honorio Guimarães. Ella tem um jovem aplicado, activo e muito esforçado que exerce o magisterio apenas há tres annos mas que é para instrucção um dos bons auxiliares, um optimo auxiliar em fim. Até parece que escrevemos estas linhas com um único feito: o de lisongearmos o

professorado a que estão entregues a educação e a instrucção de nossos vindouros, pois que, todas ás vezes que a ele nos alludimos nada mais tem feito senão o elogiarmos, por essas columns tão imparciaes quanto justiceiro o elogio a não podemos furtar. Honorio Guimarães, por exemplo, como já dissemos, não é apenas um professor comum. Si por ventura não lhe faltam traços de aptidões que em seus collegas sobram para o ensino primario, elle é o prototypo do iniciador progressista, doptado de uma força de vontade férrea, conseguindo no meio em que se vive trazer a sua escola caprichosamente bem mobiliada mais por esforço do que pela bôa vontade do governo; de modo a deixar bem impressionada a vista de quem visita o templo do saber de que é sacerdote. Visitamos a sua escola em vespera de exames. E' uma escola militarizada onde o visitante ao entrar e recebido por continencias, onde o professor é o general a quem o aluno só pode falar com as pragmaticas militaristicas. Por exemplo: o professor argúi, o alumno perfila-se, distende o braço esquerdo e arqueando o braço direito faz continencia e responde ao professor. Dessa maneira o sr. Honorio Guimarães não prepara somente homens para a vida pratica, para politica, para a intelectualidade brasileira, mas a pedra fundamental em cuja base erigir-se-á essa pilastra futura onde haverá uma partícula do gratuito amor pela classe que será sua guarda em todos os tempos. Mas o professor Honorio Guimarães, ainda que nos não lavasse ás suas officinas typographicas para mostrar o prélo onde é editado um jornalzinho a que denominou "A Escola",

nem por isso deixará de receber por mais esse empreendimento, filho de seus esforços os nossos parabens. E quando houvermos que mencionar como um dos funcionarios, como um bons professores, nunca esqueceremos essa idéa que todos os que tem sabido aventar para engrandecimento de sua escola é talvez a mais proveitosa.” (sic).

Uberabinha, *O Progresso*, anno IV, nº 172 de 28 de janeiro de 1911, pp.1-2. Discurso com que Honorio Guimaraes, secretario e membro da Comissao de Bases do Congresso do professores reunido pela Segunda

vez em Belo Horizonte refutava os argumentos do congressista José Polycarpo de Figueiredo, sobre o ensino religioso nos escolas.

“Christo, peço a atenção do meu respeitável collega sr. Polycarpo, pregava, ensinava e corrigia, nas ruas praças, do templo dizem, expulsou os vendilhões empregando a violencia elle a doce e meigo Nazareno... O sacerdote deve ser ministro de Christo, as suas funções são as do proprio Enviado., o mestre e sacerdote, tem funções extensas sobre os alumnos, na escola, na rua e em casa. O que o mestre fizer sempre e fará no character de mestre na casa do alumno mesmo elle tem dever de corrigir e ensinar. Tal será a confiança que, pelo seu procedimento expellido, pela moralidade immaculada, pelo exato cumprimento dos seus deveres, pela dedicação e interesse demonstrado pelos seus educandos, impará a sua norma de conducta julgada irrepreensível. E o mestre fica sendo, para o pae de familia, o irmão mais velho, diz successos do chefe da casa. Pode repreender e ensinar no character de pae, diante dos proprios paes. (Há na minha localidade a conducta da familia unanime que me prestigia, felizmente, e assim). Eis pois como o professor tem a sua funções. A sua representação official prolonga-se ate onde elle for, penso desta maneira. Dada pois a faculdade de ensinar a religião, em qualquer parte onde elle o fizer, fará oficialmente. E` a sua posição de mestre que, sem violência, levará o alumno as lições de doutrina. Basta que o menino saiba que indo a doutrina, agrada ao mestre,

para que, sendo um bom menino, um discípulo extremoso, não falte as aulas do catecismo. Pergunto, isto se dando, não estará o professor exorbitando de suas funções, abusando do seu prestígio official e moral, por impor suas idéias a sociedade em que convive? Direis agora: mas ninguém obriga. Ignacio de Loyolla também não obrigava Francisco I da Franca a tantos disparates; convencia-o e ao Deum seu filho, da necessidade de um sacrificio em honra de Jesus Christo... e Francisco da Franca sacrificava os christãos sob o domínio do Papa Negro. Conquistando o espirito, conquistado o coração, pode-se levar os individuos a disparates quanto mais as creancinhas... O professor, portanto, nunca deve abusar de seu prestígio, para impor mas doutrinas, ou dogmas quaesquer, de encontrar, de encontro a lei geral deve ser obedecida. Outro argumento: Que se dirá de um professor que ande pelas ruas e parcas de sua localidade, as deshoras, tardes momentos de noite morta, violão aos braços, dedilhando versos a pallida visão dos seus amores ? – Que este professor não e, na significação do termo proprio; se o fosse guardaria a compostura das suas funções. E o mesmo dir-se-a um rapaz que seja, por exemplo um colleitor ? Não. Mais feliz do que nos, elle pode cantar ao violão e deleitar-se nas serenatas, porque não tem prolongada consigo, a representação official, que temos nos com os outros. Portanto, si o professor tem , acompanhando-o, a representação de seu cargo, em qualquer ocasião; se elle ensinar religião o faz officialmente, porque, quando não o seja, pode-se presumir, que, devido a sua força moral sobre os

meninos, elle consegue traze-los ao ensino da doutrina. Isto estaria, peço permissão para dize-lo, a prevaricação moral do professor, o abuso de confiança no cargo que exerce. Eu, pois, baseado nestas considerações surgidas no meu próprio espirito; membro da comissão de estudos da base do congresso, serei descer contrario a indicação do nobre e competentissimo congressista de Conceição do serro. Deduzi, do protesto aqui erguido pelo sr. Estevam Pinto, que s. exa. Nesse tom vivo de fino humorismo proprio as personalidades do seu valor politico e moral, quis apenas conceder um aviso que não poudesse ser tomado como um compromisso da administração. Agora entrei na segunda parte da reputação que venho fazendo, aos belos argumentos do ilustrado colega Sr. Polycarpo de Figueiredo, que a honra com a preciosa atenção de sua amizade a qual, espero, nem de leve seja melindrada no percurso deste debate, onde, acima dos ideais de seitas, estão os sentimentos de sinceridade que conheço no professor Polycarpo e que também procuro lealmente corresponder-lhe. Fora mais prazer para mim que no seio do congresso jamais aventurassem as discussões politicas ou religiosas. São dois extremos que não se tocam, são bombas explosivas sem contacto; so na aproximacao ellas se inflamam. Não se inflamara aqui agora, estou certo, porque tenho um contendor, digno de um melhor adversário. Nos professores, no programma de civica, devemos ensinara tolerância religiosa. Sabemos, a tolerancia religiosa, a tolerância politica e a tolerancia pessoal, são virtudes dos grandes espiritos, são leis dos grandes povos. Ora, se a

tolerância em geral, e a melhor virtude de um cidadão; e si nos, professores, devemos ser o modelo perfeito do bom cidadão; si aos meninos devemos a tolerância religiosa – porque nos próprios não obedecemos-a? Aqui, nesta casa de Congresso, e a concentração das boas normas. A tolerância religiosa e uma boa norma de conducta. Infringiu-a o nobre congressista de C. do Serro, quando, hontem, do alto da tribuna, que dignamente occupava, referindo-se com mofa aos livres-pensadores. Não sou, Tenho minhas idéias que mesmo na maior intimidade procuro occultar. Sirvo a um principio na firmeza dos meus ideaes e na paz da minha consciencia.” (sic).

Uberabinha, *O Progresso*, anno IV, nº 172 de 28 de janeiro de 1911, pp. 01-02. Discurso com que Honorio Guimaraes, secretario e membro da Comissao de Bases do Congresso do professores reunido pela Segunda vez em Belo Horizonte refutava os argumentos do congressista José Polycarpo de Figueiredo, sobre o ensino religioso nos escolas.

“Christo, peço a atenção do meu respeitável collega sr. Polycarpo, pregava, ensinava e corrigia, nas ruas praças, do templo dizem, expulsou os vendilhões empregando a violencia elle a doce e meigo Nazareno... O sacerdote deve ser ministro de Christo, as suas funções são as do proprio Enviado, o mestre e sacerdote, tem funções extensas sobre os alumnos, na escola, na rua e em casa. O que o mestre fizer sempre e fará no character de mestre na casa do alumno mesmo elle tem dever de corrigir e ensinar. Tal será a confiança que, pelo seu procedimento expellido, pela moralidade immaculada, pelo exato cumprimento dos seus deveres, pela dedicação e interesse demonstrado pelos seus educandos, impara a sua norma de conducta julgada irrepreensível. e o mestre fica sendo, para o pae de familia, o irmão

mais velho, diz successos do chefe da casa. Pode repreender e ensinar no character de pae, diante dos proprios paes. (Há na minha localidade a conducta da familia unanime que me pestigia, felizmente, e assim). Eis pois como o professor tem a sua funções. A sua representação official prolonga-se ate onde elle for, penso desta maneira. Dada pois a faculdade de ensinar a religião, em qualquer parte onde elle o fizer, fará oficialmente. E` a sua posição de mestre que, sem violência, levará o alumno as lições de doutrina. Basta que o menino saiba que indo a doutrina, agrada ao mestre, para que, sendo um bom menino, um discípulo extremoso, não falte as aulas do cathecismo. Pergunto, isto se dando, não estará o professor exorbitando de suas funções, abusando do seu prestigio official e moral, por impor suas idéias a sociedade em que convive? Direis agora: mas ninguém obriga. Ignacio de Loyolla também não obrigava Francisco I da França a tantos disparates; convencia-o e ao Deufim seu filho, da necessidade de um sacrificio em honra de Jesus Christo... e Francisco da França sacrificava os christaos sob o domínio do Papa Negro. Conquistando o espirito, conquistado o coração, pode-se levar os individuos a disparates quanto mais as creancinhas... O professor, portanto, nunca deve abusar de seu prestigio, para impor mas doutrinas, ou dogmas quaesquer, de encontrar, de encontro a lei geral deve ser obedecida. Outro argumento: Que se dirá de um professor que ande pelas ruas e praças de sua localidade, as deshoras, tardes momentos de noite morta, violão aos braços, dedilhando versos a pallida visão dos seus

amores ? – Que este professor não e, na significação do termo proprio; se o fosse guardaria a compostura das suas funções. E o mesmo dir-se-a um rapaz que seja, por exemplo um colletor ? Não. Mais feliz do que nos, elle pode cantar ao violão e deleitar-se nas serenatas, porque não tem prolongada consigo, a representação official, que temos nos com os outros. Portanto, si o professor tem , acompanhando-o, a representação de seu cargo, em qualquer ocasião; se elle ensinar religião o faz officialmente, porque, quando não o seja, pode-se presumir, que, devido a sua forza moral sobre os meninos, elle consegue traze-los ao ensino da doutrina. Isto estaria, peço permissão para dizer-lo, a prevaricação moral do professor, o abuso de confiança no cargo que exerce. Eu, pois, baseado nestas considerações surgidas no meu próprio espirito; membro da comissão de estudos da base do congresso, serei descer contrario a indicação do nobre e competentissimo congressista de Conceição do Serro. Deduzi, do protesto aqui erguido pelo sr. Estevam Pinto, que s. exa. Nesse tom vivo de fino humorismo proprio as personalidades do seu valor politico e moral, quis apenas conceder um aviso que não poudesse ser tomado como um compromisso da administração. Agora entrei na segunda parte da reputação que venho fazendo, aos belos argumentos do ilustrado colega Sr. Polycarpo de Figueiredo, que a honra com a preciosa atenção de sua amizade a qual, espero, nem de leve seja melindrada no percurso deste debate, onde, acima dos ideais de seitas, estão os sentimentos de sinceridade que conheço no professor Polycarpo e que também procuro lealmente

corresponder-lhe. Fora mais prazer para mim que no seio do congresso jamais aventassem as discussões politicas ou religiosas. São dois extremos que não se tocam, são bombas explosivas sem contacto; so na aproximacao ellas se inflamam. Não se inflamara aqui agora, estou certo, porque tenho um contendor, digno de um melhor adversário. Nos professores, no programma de civica, devemos ensinara tolerância religiosa. Sabemos, a tolerancia religiosa, a tolerância politica e a tolerancia pessoal, são virtudes dos grandes espiritos, são leis dos grandes povos. Ora, se a tolerância em geral, e a melhor virtude de um cidadão; e si nos, professores, devemos ser o modelo perfeito do bom cidadão; si aos meninos devemos a tolerância religiosa – porque nos próprios não obedecemosol-a? Aqui, nesta casa de Congresso, e a concentração das boas normas. A tolerância religiosa e uma boa norma de conducta. Infringiu-a o nobre congressista de C. do Serro, quando, hontem, do alto da tribuna, que dignamente occupava, referindo-se com mofa aos livres-pensadores. Não sou, Tenho minhas idéias que mesmo na maior intimidade procuro occultar. Sirvo a um principio na firmeza dos meus ideaes e na paz da minha consciencia.” (sic).

Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno IV, n.º 173, de 04 de fevereiro de 1911, pp. 1-2. *"Discurso com que Honorio Guimarães, secretario e membro da comissao do Congresso dos professores, reunidos em Belo Horizonte, refutava os argumentos do congressista José Polycarpo de Figueiredo, sobre o ensino nas escolas, conclusão"*.

“O amor humano em toda a valiosa significação do seu fim, eu obedeco; Pátria é o ideal dos meus encantos; a vida e um mar de tormentas a moral, a

as moral, na pátria dos deveres civicos para com a patria e a familia , eis o Dogma que traz-me alento nas luctas titânicas de todos os dias em que o forte tende a abater o fraco; mas onde há de surgir o fraco e o opprimido hoje, como o grande e forte amanha, piedosamente, d'essa piedade proprias das bellas consciencias. Disse meu nobre confrade, que não se comprehende boa moral sem o christianismo. Pois, nesse amigo, a moral Cristã foi pregada , mas não e praticada. Há quasi dois mil annos, que o filho de Nazareth veio ao mundo trazer o reino dos ceos. Toleremos o martyrio do golgotha. Sucumbiu ao sacrificio por amor dos homens. Quasi vinte seculos já se foram, as geracoes se succederam e, ainda, hoje, se o meigo Nazareno vier ao mundo , serão capazes de pregar-o na cruz outra vez . Elle pregou o direito christao em Deus, pela piedade, pelo perdão. Morreu por este ideal. O povo preferiu Barrabas e o fez condenarem. Pois bem, impera hoje alei christa nos julgamentos sociais? Christo apanhou numa e deu a outra para baterem; o nobre collega si se vir nesta contingencia, praticará a legitima defeza, não? E' ainda, caro confrade, o Direito Romano, o direito da desaffronta, o direito da desforra nos limites da equidade. Nas Academias ensinam isto; e o moço bacharel não recorrerá aos mandamentos do Messias para instruir petições e fazer julgamentos. Isto de Christianismo, brahamanismo, budhismo, e seitas várias, não justificam os seus argumentos de hontem. Sob as bandeiras da crença anti-deistas e anti-christãs, muitos desastres tem se realizado, é certo: mas sobre o labaro do Christianismo tambem Ignacio de Loyola corrompeu

muitas gerações e successivos desastres tem se originado em toda a parte do mundo. E é por isto que surge a repulsa na concretização de Bailli, Sicyes, Desmôulius, nessa grandiosa revolução da França que devemos commemorar particularmente entre os feriados nacionaes; essa revolução que teve o seu percurso a 30 e tantos annos pela unificação da Itália, obra meritória dos Cotori, Victor Manuel, Garibaldi; echos de ressurreição ouvidos ainda em Portugal, a gloriosa luzitania na península Ibérica, hoje livre como nós, hoje república, e que tambem hoje ordena o ensino leigo como o Brasil, a terra das liberdades; O Brasil, a republica brasileira, que recebe impostos do catholico, do protestante, do espírita, do ateu, do positivista, e mantem o ensino publico com o respeito a liberdade de cada um, nacional , ou estrangeiro, que aqui vive e Liberdade, igualdade e fraternidade, sob o lemma sublime e santo de Ordem e Progresso.” (sic)

Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno IV, n.º 177 de 04 de março de 1911, p. 01. Artigo: “*Gymnasio Diocesano*”.

“Em serviço desta folha, estivemos na semana passada (truausacta), na populosa e florescente Uberaba, com razão considerada a Princesa do Sertão. De facto, não há quem ainda a Uberaba, não admire os multiplos melhoramentos que bem agradam á vista dos visitantes e ao lado destes melhoramentos satisfaz o avultado numero de seus habitantes, reconhecidos civilizados pelas suas maneiras Ilhanas com hospedam aquelles que ali vão. O seu commercio, do dia a dia, caminha com passos agigantados, sempre a gozar dos fóros de commercio acreditado. Dentre os estabelecimentos de educação que lá encontramos mereceu a nossa justa adimiração; o Gymnasio diocesano sob a competente direcção dos Padres Maristas, educadores por excellencia. Graças a gentileza do seu digno Reitor Irmão Borges, cavalheiro de ameno trato, percorremos todo o interior do vasto edificio, e não sabemos o que admirar, se o asseio, ou a bôa ordem, de modo que duas qualidades, tão especiaes e indispensaveis a estabelecimentos de instrucção deixou-nos convictos de que tem sido titanicos os esforços empregados pelos Irmãos Maristas, verdadeiros propagandistas da instrucção, sendo elles uns verdadeiros apostolos do bem e do progresso, porque diffundir a instrucção é uma qualidade muito peculiar a quem afanosamente trabalha para o bem da sociedade. Nos parece, que Uberaba, além do mais, deve vangloriar-se de ter em seu seio um estabelecimento de instrucção primaria e secundaria como o Gymnasio Diocesano. Avante, pois, Uberaba!” (sic).

**Uberabinha, MG, *O Progresso*, anno IV, nº 183, de 15 de abril de 1911,
p.1. Editorial: “A Reforma do Ensino”**

“Nões andavamos gritando há um punhado de annos que o ensino secundario do Brazil não vele dez reis de mel coado... E não vale. Quem rabisca estas linhas ao correr da penna, podia encher estas tiras todas e gastar toda a tinta do Zacharias citando factos que documentem a sua proposição. Mas para que ferir uma corda do realejo que os senhores conhecem? Não era, tal estado de coisas, lamentavel por falta de boa vontade dos srs. Ministros da instrucção. Não estivesse o inferno cheio de coroas de padres e de boas intenções... Agora depois de tantos e repetidos esforços, surge um administrador intrepido que ataca o velho edificio carcomido e pretende por terra. Binet Sanglé, o poderoso e nem sempre exacto autor de *Felie de Jésus*, acha que a indignação; audacia mais do que a indignação. Nenhum politico maior de cincoenta annos, no Brasil, era capaz da medida do sr. dr. Rivadavia Correia. A reforma do ensino secundario vem golpear os interesses de um grande numero de felizardos que hão de levantar-se numa furia macabra contra o sr. ministro. É uma reforma audaciosa; mas não há ninguem que não achasse que a decadencia da instrucção secundaria nos levava para um pricipicio. Os interesses subaltermos não consenteam que se puzesse cobro às conseteam que se puzesse cobro às immoralidades do ensino. Os exames de preparatorios em alguns Estados do Norte têm sido de arrepiar os cabelos;

com os ii todos pingados: uma formidável bandalheira. Com as despesas feitas e uma cunha soberba a gente amassava Camões, discutia sotéro ou Soares Barbosa, verita, sem camillo, chateaubrind, campllell, Tito Livio... Não somos tão cegos, nem tão estupidamente egoistas que neguemos os grandes e fecundos beneficios de muitos gymnasios e equiparados. Estes continuarão a auxiliarem na luta dos merecimentos sem a concorrência desleal de quem achou a cama feita... Só um homem intrepido escreve o Jornal do Commercio do Rio, “Só um homem entrepido podeira decretar uma reforma completa do velho machinismo desajustado. O sr. Rivadavia Corrêa teve esta rara coragem. A reorganização que elaboraou representa, antes de tudo, um facto de audacia patriótica. Não se limitou a emendar a existencia pela alteração superficial dos regulamentos em vigor. Destruiu tudo, fez obra inteiramente nova. Andou bem? Procedeu mal? Só o tempo dirá. A orientação geral do seu trabalho pode talvez ser criticada pelos excessos de liberalismo, que nos paizes ainda em formação como o nosso, são tão permiciosos como o apego demasiado ao espirito de tradição. A reforma estabeleceu praticamente a liberdade profissional, interpretando a seu modo, discutindo o preceito constitucional referente ao assumjeto. A esse pensamento primordial ficaram embordinadas todas as outras medidas, que figuram nos novos regumentos. O Estado elimina de um golpe uma extensa serie de regalias. Elle mesmo abre mão de suas prerrogativas e entrega por inteiro o destino e a sorte do ensino superior e secundario à destino e a sorte

de ensino superior e secundario à consciência dos proprios docentes. Acha que é com razão que o ministro do interior pondera na sua exposição de motivos que “o que produzir, o futuro cirá [dirá] sob a responsabilidade exclusiva das congregações”. Tomem bem nota disso os professores e não venham amanhã ou depois berrar que o governo é que tem culpa. Emancipadas e autonomas, com o seu pretígio, consideravelmente augmentado, as congregações de hoje em diante terão de responder perante a nação pelo mau uso que accaso fizerem da influencia e poder, que o governo acaba de outorgar-lhes. Se a má liberdade que a lei concede para que qualquer pessoa maior de dezesseis annos se apresente candidato a matricula nos cursos superiores sem nenhum certificado que o abane o seu preparo nas materias de ensino secundario. Cumpre as congregações fazerem exame de admissão um verdadeiro exame de madureza, de sorte que os não preparados fiquem sempre fora. O sr. Rivadavia Corrèia, realizando a reforma nesses moldes parece ter querido pòr a prova o que vale o magisterio secundario e superior pago pela nação. Ou as congregações salvam agora o ensino ou então ella proprias se afundarão desmoralisadas e confundidas. Valsi não que fugir.”

“Segundo Telegramma do Rio para a imprensa de São Paulo, está prompta para ser assignada e publicada a reforma do ensino secundario e superior da Republica. A Reforma, ao que se sabe, será radical, modificando completamente os moldes e systemas em vigor. Alterará o ensino secundario

dando-lhe maior diffusão. Serão suprimidos os cursos officiaes e equiparados. O candidato a matricula das escolas superiores submetter-se à exame de admissão ao curso que pretender seguir. O externato Pedro II e o internato “Bernardo de Vasconcelos” serão mantidos apenas como estabelecimentos de ensino com o mesmo numero de annos, mas sem as vantagens de dispensar o exame de admissão. O estudante do curso secundario estudará onde, como e o tempo que quizer, submettendo-se a exame de admissão, desde que queira seguir o curso superior. O ensino superior será também alterado radicalmente. Os cursos de mediciana, pharmacia, odontologia, obstetricia ficarão com o mesmo numero de annos, como actualmente. Os cursos de direito e engenharia passarão a ter seis annos. A distribuição das materias será alterada completamente no curso de medicina, sendo creadas varias cadeiras novas. No direito será desdobrada em tres cadeiras de pratica, que passará a ser leccionada me sexto anno. O curso da escola Polythechinica sofrerá também alterações importantes das quaes, cometa, as principaes serão no curso de agronomia. A taxa do ensino superior official será argumentada. Consta, porém, que esse argumento será relativamente pequeno.”

Uberabinha, MG, IV *O Progresso*, anno IV, nº 197, de 22 julho de 1911
Reportagem, p.1 “*Grupo Escolar*”

A nossa população, ansiosa espera a construção do predio para o grupo escolar, recentemente creado nesta cidade pelo governo do exmo.sr. Bueno Brandão. Por todas as classes sociaes reina indívizivel contentamento por este acto do ilustre chefe de Estado, que marcou brilhantemente a sua passagem por Uberabinha, escrevendo seu nome respeitavel no coração das creanças nossas contrerraneas. Esperamos que dentro em breve aqui venha o engenheiro encarregado de levantar a planta do predio.

Uberabinha, MG, IV *O Progresso*, anno IV, nº 260, de 12 outubro de 1912 Reportagem, p.1 “*Benefícios Locaes*”

A instrucção publica, que no presente preocupa o Governo e prende atenção de todos os homens bem intencionados é nesta cidade, insufficiente e incapaz de satisfazer a necessidade, porque as quatro escolas isoladas que aqui funcçionam, embora o sacrificio e bôa vontade dos professores que mantem uma matricula muito superior à regulamentar, e da Camara

Municipal que sustenta uma escola com uma matricula de mais de oitenta meninos, sendo preciso dar um auxiliar ao professor.

Os predios em que estas escolas funcçionam, de propriedade particular e sem as comodidade precisas, sem hygiene, e sem conforto, vem alem de tudo, sacrificar os professores obrigando-os a aluguel de predios, muito maiores e mais caros do que as necessidades de sua residencia podiam exigir.

Para remediar este estado de couzas, temos a solemne promessa de um Grupo Escolar, o que deve bastar-nos à nossa desmedida ambição de progredir. Uma promessa já não é pouca coisa mormente sendo feita por quem foi. Podemos muito bem dar como resolvida a causa da instrucção em Uberabinha, já temos por conta as plantas do engenheiro e as promessas do Sr. Presidente do Estado. Querer mais do que isto, é impertinencia demasiada. (sic)

Uberabinha, MG, IV *O Progresso*, anno IV, nº 262, de 26 outubro de 1912 Reportagem, p.1 “*Grupo Escolar*”

Na sessão de 30 do corrente, a Camara Municipal voltará uma autorização especial para o senhor agente executivo constituir procurador em

Belo Horizonte afim de transferir ao Estado o terreno ha muito adquirido pela municipalidade e destinado ao predio para o grupo escolar local.

Esta é a solução que a respeito trouxe da capital mineira o dr. Rodrigues da Cunha. Satisfeita esta formalidade, promette o governo mandas desde logo pôr em concorrência o serviço construção, sendo imediatamente atacadas os serviços. Com este reforço à promessa presidencial, volta a população a acreditar que realmente possuiremos o grupo escolar.

Quanto a nós, ficamos de atalaya, satisfeitos si não for preciso mais repetirmos nestas columnas como porta-voz da opinião publica, as queixas do povo pelo não cumprimento da palavra daquelle que, na melhor boa fé e suprema bondade, prometeu-nos o illustre presidente do Estado, exmo. Sr. Bueno Brandão. (sic).

Belo Horizonte, MG, *A Escola*, anno IX, nº 6-7, janeiro 1920, p.01
Reportagem “*A Reforma do Ensino*”

A instrucção publica vae ser reformada, nos moldes da lei nº 800, ultimamente sancionada. Foi adaptado o instituto da obrigatoriedade do ensino cuja violação é punivel com multa e prisão. A administração rompeu, consequentemente, contra a indole conservadora do povo, representada na obediencia aos principios que acoimavam de inconstitucionalidade a benefica medida. Os srs. Arthur Bernardes e Affonso Penna ameaçam guilhotinar impiedosamente o monstro do analphabetismo, que tem embaraçado os surtos do progresso na terra mineira. Nenhum gesto mais altruistico poderia perpetuar melhor os nomes de suas excias, que passarão à posteridade como evangelistas de uma era nova para collectividade, cujos destinos lhes foram acertadamente confiados. O dr. Affonso penna Junior, pulso delicado que é fortaleza inexpugnavel; character impolluto que foi herança de fidalgo; espirito luminoso que é uma alvorada de nobres ideais; coração magnanimo que opera o milagre da justiça, - o dr. Affonso Penna vae ser o patrono de um reforma benemérita, avigorando o patriotismo de quantos adivinharam um dia melhor, atravez da tempestade da rotina. Confiemos, pois, na Reforma que se annuncia, calcada nos principios da obrigatoriedade do ensino instituida pela lei 800. (sic).

Uberabinha, MG A *Tribuna*, anno I, nº 22, de 8 de fevereiro de 1920, p.01
Reportagem “*Para o Futuro*”.

Os estabelecimentos de ensino locais reabriram as suas aulas, neste anno, com uma matricula real e animadora.

Conforta-nos, sobre-modo, esta nova orientação da sociedade uberabinhense, que agora começa a comprehender a necessidade de educar os seus filhos, tornando-os aptos para a lucta pela vida.

É agradável ver a animação que vaee pelas casas de ensino, e observando esse phenomeno social, fazemos as melhores conjecturas sobre o nosso futuro povo livre, emancipado em seus direitos políticos e sociaes.

Só pelo desenvolvimeto da instrucção, largamente, em todas as camadas da sociedade, poderemos conquistar as victorias e que temos direito, no concerto das nações, tornando nos dignos da terra sem par que habitamos.

Escritores estrangeiros, viajantes illustres que percorreram o interior do paiz, em outros tempos, affirmaram que o Brasil, tudo é grande, menos o homem.

É preciso, pois, que, reagindo contra os costumes, reagindo contra os caracteres que herdamos dos antepassados, mescla de portuguezes, indios e negros, desmintamos aquellas affirmações, provando ao mundo que a população do brasil, producto de muitas raças, e capaz de grandes surtos e de maiores commettimentos.

No dominio das sciencias, das letras e das artes, já temos figuras de alto relevo, equiparadas às maiores celebridades mundiaes.

Faltam-nos, entretanto, homens para o bem e homens para comprehenderem a beleza do nosso regimem.

O paiz tem sido largamente explorado por uma camarilha de politicos que, sob o rotulo de republicanos, nada mais têm feito que tripudiar sobre as aspirações populares, às quaes votam o mais profundo desprezo, porque tiveram a comprehensão da nossa incapacidade política, devido a falta de educação das camadas populares.

Estamos, entretanto, certos de que a geração de amanhã, aquella que se esta lapidando hoje, terá a noção de seu dever civico, expulsando das altas posições os exploradores do pologítimos mandatarios.

Depois d' isto, então, esse paiz, rico de minerais, abundante de quedas d' águas, capaz de fornecer energia para todas as industrias que se desejarem farto de pastagens. Para toda especie de criações, produzindo todos os cereaes e todas as fructas, possuindo todos os climas, será verdadeiramente grande, digno do respeito e da admiração dos povos.

Força de vontade e acção,eis, o nosso lema.(sic).

Uberabinha, MG, *Da Tribuna da Franca*, anno IX, nº 4-5, de 12 de setembro de 1920, p.1 Reportagem “A Escola”.

Honorio Guimarães - De passagem por esta cidade, distingui-nos com a sua visita,o nosso particular e velho amigo, prof. Honorio Guimarães, talentoso belletrista e distinto membro do magisterio publico mineiro.

Honorio Guimarães é um exemplo vivo do trabalho e da perseverança e tem, por isso, alcançado muitos triumphos na vida publica, para honra desta terra que lhe serviu de berço.

Actualmente este nosso bom amigo e conterraneo direge <<A Escola>> e occupa saliente posição no magisterio publico mineiro, com sua recente nomeação para o cargo de inspectur escolar.

(Do Commercio da Franca)

“Jornal dos Estados ”

Está se publicando na capital paulista, com o título supra, um bem feito semenario, de bôa collaboração e vasto programna.

A frente do grande orgam nacional, está o conhecido jornalista Raymundo Porto, cujo espirito combativo e aptidões jornalística são de sobjijo conhecimentos no mundo da imprensa de S.P. e Minas.

HONORIO GUIMARÃES - Acaba de ser aproveitado na inspecção technica do ensino no Estado de Minas, o nosso prezado conterraneo e conhecido poeta e jornalista o professor Honorio Guimarães, até então director do grupo escolar de Uberabinha .

Nenhum acto mais acertado podia praticar o esclarecido governo do vismlo Estado, do que destacando aquelle nosso scintilhante confrade de imprensa e abalisado educador, para exercer uma das funções mais elevadas no departamento mineiro da instrucção publica.

Luctador incançavel, filho dos seus propuios esforços, com um passado brilhante na vida literaria e nas suas funcções de educador. Honorio Guimarães bem mereceu a distincção que a administração de Minas lhe acaba de conferir. (sic).

Uberabinha, MG, VI *O Progresso*, anno V, nº 246, de 6 junho de 1922
Reportagem, p.1 “*Escola Normal*”

Perante a sociedade, o proprio interesse da coletividade, a cidade salubre, cujo clima é pleno de amenidade e pureza, é sempre preferida para a fundação de certos estabelecimentos de educação, com especialidade.

Para exemplo ali estão diversos collegios e instituto de ensino collocados em cidades do interior mas que são preferidos devido a sua salubridade e clima. Esta preferência torna-se uma força impulsionante ao proprio mereciemnto [merecimento] do estabelecimento, d’ali a sua existencia prolongada. É certo que nos estabelecimentos escolares é mantida a hygiene em excesso, mas esta tornar-se-ha improficua se estiver contra si a insalubridade local.

Realmente o que deixamos exposto, sob a luz resplendente da verdade, tem a seu favor o testemunho dos factos. Quanto nos seria proveitosa, em todos os sentidos, se aqui fosse estabelecida uma escola normal! Hamenidade do clima, bareteza da vida, os modicos alugueis das casas, e, sem offensa aos demais logares do Triangulo, a admiravel moralidade que reina em nosso meio social, seria de muita vantagem não só para o corpo docente, como discente.

Existem dois collegios de instrucção primaria e secundaria, aliaz bem frequentados devido ao zelo e maxima competencia de seus directores, auxiliados por um corpo docente de merecimento incontestável; ora se junto à estes dois estabelecimentos estivessem o Grupo Escolar e a Escola Normal, Uberabinha se julgaria feliz porque as beneficas auras da instrucção viriam reformar totalmente seu ambiente, fazendo o possível para o completo desaparecimento do atrazo - ; o correndo que, estes melhoramentos, por sua natureza seriam os percursos da actividade, enquanto que o povo, satisfeito é lisongeadado, envidaria esforços para que o apparecimento das industrias fosse o admiral complemento do progresso.

A occasião é mais que propicia. O governo do inclito cidadão Julio Bueno Brandão, pondo em evidencia a sua patriotica promessa, vae mandar construir o edificio para n'elle funcionar o Grupo Escolar. Pois bem, se a escola normal aqui fosse estabelecida, bem podia um e outra ficar no mesmo edificio. Esta junção, alem de tudo, era de grande vantagem pratica, porque

os alumnos da escola normal praticariam no grupo, e desse modo, adquiriam a pratica precedida ahas reclamada pela forma porque ora se administra o ensino intuitivo.

Ser normalista não é ser professor. Entre um e outro vai uma enorme distancia. Nada mais difficil do que saber-se transmitir o ensino as creanças, e para conseguir-se este desideratum é indispensavel o auxilio fecundo e poderoso da pratica.

Um dos problemas mais complexo que se apresenta ante os olhos do mestre é saber conhecer a indole da creança para poder combater-lhe os defeitos.

De uma escola normal pode aluir um sabio, mas nunca um professor, um mestre; é na prática, é na convivencia com às creanças que está principios incontestaveis, somos do parecer que o curso normal fosse auxiliado pelo curso pratico, ambos marchando para paralelamente, como acontece na medicina.

Conhecidas, rapidamente, as nossas ideias, levando em linha de conta as condições elimatericas e hygienicas de Uberabinha, a facilidade dos materiaes para construção do edificio, onde funccionem o Grupo Escolar e a Escola Normal. Alem do belissimo local, mesmo no centro da cidade, ainda o governo de bom grado e philanthropicamente, poderia contar com a cooperação de todos o que teria grande economia nas despesas a fovor dos cofres do Estado.

Ahi fica idea digna de ser acolhida pelo governo, resultado de tao
patriotico acolhimento, aprosperidade intellectual e material de Uberabinnha.
(sic)